



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 584 - DE 7 A 28 DE ABRIL DE 2019 - R\$ 4,00

Está na ordem do dia lutar contra as demissões, o desemprego e o subemprego

**Que os sindicatos, as centrais e os movimentos
organizem a campanha nacional por emprego
e salário a todos**



**A CRISE POLÍTICA NÃO IMPEDE
BOLSONARO-GUEDES DE AVANÇAR
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**Somente a luta organizada e a greve
geral podem derrotar o governo
antinacional e antipopular**

**Por um 1º de Maio
operário, unificado
e de combate**

**Vincular a luta contra a reforma
da Previdência à defesa
dos empregos e salários**

**Voltar todas as forças da classe
operária e demais oprimidos
contra os ataques do governo**

Burocracia sindical reprime o Boletim Nossa Classe e conclui acordo traidor com a Ford



**Campanha dos 10 anos de falecimento
do trotskista Guillermo Lora**

Importância das Obras Completas



Programa e método para enfrentar os ataques da burguesia

A direção do sindicato metalúrgico do ABC, filiada à CUT, e principal braço do PT no movimento sindical, acaba de mandar os operários da Ford de volta ao trabalho, depois de 42 dias de paralisação. A Ford de São Bernardo passará para as mãos da Caoa, controlada pela Chery. A transação cessará o contrato de trabalho de 3.000 efetivos e 1.500 terceirizados. Não se sabe quantos serão recontratados e em que condições trabalhistas. O certo é que se trata de um ataque brutal aos empregos.

Após esse fato, a Anfavea informou que o setor automotivo demitiu cerca de 1.000 metalúrgicos em março. A justificativa foi que as exportações caíram, descompensando a retomada das vendas no mercado interno. No mesmo momento, correu a notícia que o acordo entre Brasil e México tende a naufragar, e que a Argentina continuará a padecer da queda econômica. O que significa que as dificuldades nas exportações de veículos permanecerão por um tempo imensurável.

A crise mundial de superprodução se agravou e se converteu em destruição maciça de empregos, bem com em desvalorização da força de trabalho. Esse processo destrutivo está em curso. A curva do desemprego voltou a crescer em fevereiro, atingindo 13.098 milhões de trabalhadores. O número de desocupados e subocupados deu mais um salto acima, chegando a 27,9 milhões de brasileiros. O que expressa o bloqueio das forças produtivas, e resulta em pobreza, miséria e fome.

Segundo o FMI, a pobreza aumentou entre 2014 e 2018. Mais de 7,3 milhões sobrevivem com pouco mais de R\$ 20,00 por dia (US\$ 5,50). Esse retrato, mesmo incompleto, expõe o avanço da barbárie. Nada indica que a burguesia e seus governos tomarão medidas para interromper sua marcha. Ao contrário, vão alimentá-la com as contrarreformas. Depois da bestial reforma trabalhista, vem a reforma da Previdência. Ataque sobre ataque à vida das massas caracteriza o capitalismo em decomposição.

O imperialismo volta a recomendar a adoção das “redes de proteção”. O Brasil já tem muita experiência com esse tipo de orientação. Os programas Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc. não foram além de emplastos, colocados pelos governos burgueses sobre a imensa chaga da miséria e da fome. E serviram para submeter grandes contingentes de famintos à política eleitoral dos partidos da ordem.

O período que se caracterizou pelas ilusões reformis-

tas de incluir os excluídos ficou para trás. As massas estão diante do precipício do desemprego, subemprego, perda salarial e destruição de antigos direitos. O que fez a direção sindical diante do fechamento da Ford indica, perfeitamente, o desastre a que leva a política do reformismo.

A classe operária, no entanto, tem seu programa, suas reivindicações e seus métodos próprios de luta, que estão de acordo com a situação objetiva. O obstáculo, que impede as tendências de combate do proletariado de confluírem com o programa de enfrentamento à burguesia, se encontra no sindicalismo burocrático, na política de colaboração de classes do reformismo, na confusão que reina entre a vanguarda enredada no centrismo e, sobretudo, no caráter embrionário

da construção do partido revolucionário. É necessário ainda ter claro a gravidade da crise mundial de direção revolucionária. O que se passa no Brasil se passa em toda a parte.

A difícil situação, no entanto, traz no seu interior as tendências progressivas da luta de classes nacional e mundial. As massas estão em choque com a burguesia e seus governos. Passaram e estão passando pela dura experiência da restauração capitalis-

ta, pelo brutal controle da política reformista, e pelos anos áureos da hegemonia norte-americana do pós-guerra.

O programa avançado da revolução proletária, a plataforma de defesa da vida das massas, as bandeiras democráticas e a necessidade dos explorados recorrerem aos métodos de combate da luta de classes estão plenamente colocados, e vão ao encontro das necessidades mais prementes dos desempregados, subempregados, pobres, miseráveis e famintos.

Toda a atenção dos explorados está, no momento, voltada à reforma da Previdência. É preciso quebrar sua espinha dorsal, combatendo o governo Bolsonaro e as forças burguesas que exigem mais sacrifício das massas. A organização da greve geral está plenamente colocada. É igualmente fundamental responder com o programa, as reivindicações e os métodos da classe operária às demissões e ao desemprego. A experiência da Ford se ergue como um importante exemplo de como a resposta programática se manifesta objetivamente e se choca com o reformismo traidor e, por isso, autoritário. Demonstra aplicabilidade das bandeiras de ocupação da fábrica e de controle operário da produção. A vigência do Programa de Transição da IV Internacional está posta na ordem do dia.

Toda a atenção dos explorados está, no momento, voltada à reforma da Previdência. É preciso quebrar sua espinha dorsal, combatendo o governo Bolsonaro e as forças burguesas que exigem mais sacrifício das massas. A organização da greve geral está plenamente colocada.

Nossa Campanha contra o fechamento da Ford e em defesa dos empregos

A paralisação de 42 dias dos operários da Ford de São Bernardo do Campo, encerrada no dia 2 de abril, traz importantes lições. O Partido Operário Revolucionário realizou uma campanha do início ao fim do movimento. O Boletim Nossa Classe foi distribuído em várias fábricas, inclusive na base metalúrgica de São Paulo. Realizou também a agitação e propaganda entre os estudantes. Cartazes foram colados nos corredores fabris. Cumprimos o dever classista e revolucionário de apoiar a luta operária contra o fechamento da fábrica e as consequentes demissões. No jornal Massas anterior, publicamos os materiais da campanha. Fomos obrigados a denun-

ciar a repressão sofrida na assembleia de 12 de março, por ordem da burocracia sindical, quando distribuimos o Nossa Classe. O que veio a se repetir nas demais assembleias. A direção do sindicato procurou calar a voz do Boletim Nossa Classe. O que, evidentemente, não conseguiu.

O POR é constituído de quadros leninistas, que se preparam diariamente para enfrentar a violência contrarrevolucionária da burguesia e de seu Estado. Os ataques da burocracia sindical não são diferentes. Sofremos ameaças de agressão física, e boletins foram arrancados das mãos de militantes por grupos de bate-paus. Concluída a paralisação,

ficou mais evidente ainda o motivo da direção sindical, vinculada à CUT e ao PT, expor sua ira contra as posições classistas expressas no Boletim Nossa Classe e na firme conduta da militância em não ceder aos ataques e ameaças. Com absoluta certeza, faríamos o trabalho clandestino caso estivéssemos totalmente impossibilitados de exercer a liberdade política.

Publicamos abaixo os dois últimos boletins Nossa Classe, uma Carta Aberta aos sindicatos, movimentos e partidos políticos que se reivindicam da democracia operária, o relato da repressão sofrida na assembleia de 2 de abril e um balanço do encerramento do movimento.

Boletim Nossa Classe- 25 de março

Está claro que a luta contra o fechamento da Ford e as demissões depende da mobilização geral dos metalúrgicos do ABC e de toda classe operária. A decisão da multinacional norte-americana é inflexível. Para quebrá-la, é preciso também uma decisão inflexível dos operários da Ford. E uma decisão inflexível do sindicato de ampliar a mobilização. Esse é o ponto em que a luta chegou. O Boletim Nossa Classe, desde o início, defendeu a ocupação imediata da fábrica e a imposição do controle operário da produção. Esse caminho ainda está aberto. Convocamos todos os trabalhadores, de todos os ramos da produção, a apoiar ativamente a luta contra o fechamento de Ford e as demissões.

Política Operária

Dar um passo à frente

A Ford apresentou seu plano mundial de reestruturação. O fechamento da planta de São Bernardo é parte de seu plano de demissão em massa, em vários países. Justifica que tem perdido lucratividade e que precisa ajustar seus negócios. O fechamento de milhares de postos de trabalho entra na contabilidade desse ajuste. Não importa o que vai acontecer com os trabalhadores e suas famílias. É assim que funciona o capitalismo. E é contra esse funcionamento que estamos lutando.

A crise econômica é descarregada inteiramente sobre a classe operária e demais trabalhadores. Se os negócios não estão dando alta lucratividade, o capitalista simplesmente fecha esse negócio e transfere seus capitais para outros negócios. É o que a Ford está fazendo mundialmente, associada a Volks. As demais montadoras também vão fechar postos de trabalho, como já estão fazendo.

O problema não pára aí. As multinacionais usam o seu poder econômico e político para alterar profundamente os contra-

tos de trabalho. Duas medidas são básicas: redução dos salários e aumento da produtividade do trabalho. A eliminação de direitos é parte dessas medidas. Ao mesmo tempo, as multinacionais arrancam dos governos subsídios, incentivos e privilégios.

É essa força do capital que estamos enfrentando diante do fechamento da Ford. Está aí por que as negociações por cima do sindicato com a empresa não quebram a inflexibilidade da montadora. As assembleias passivas, que servem apenas para receber informações sobre as negociações, devem ser mudadas. Precisamos de assembleias ativas e democráticas, em que os operários unidos pensem com sua própria cabeça e ajam com sua própria vontade.

O Boletim Nossa Classe defende que se dê um passo à frente: ocupar a fábrica, estabelecer o controle operário da produção, convocar assembleia geral de todos os metalúrgicos, constituir um comitê sindical de defesa dos empregos e estender o movimento a toda classe operária.

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



É preciso levantar a bandeira da estatização da Ford

O plano mundial da montadora é bem claro. Que se ferrem os operários e que os lucros sejam protegidos. Essa é a lei econômica de funcionamento do capitalismo. Um pequeno comitê do capital decide sobre a vida de milhares e milhares de trabalhadores. É isso que está acontecendo com o fechamento da Ford.

Não se deve esperar uma solução que venha da multinacional e dos governos Bolsonaro e Doria. Estão jogando com a negociata da venda e compra da montadora. O sindicato não deve participar dessa fraude. Ao contrário, a assembleia deve denunciar essa politicagem.

Mas não basta rechaçar o complô capitalista. É preciso levantar a bandeira operária de estatização, sem indenização e sob o controle operário da Ford. Se a multinacional não pretende manter os empregos dos operários brasileiros, que seja expropriada. Essa é uma luta dura e que deve ser estendida a todos os explorados.

O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato e o movimento que apoia a luta contra o fechamento da Ford levante a bandeira: Não ao fechamento da fábrica! Estatização da Ford, sem indenização e sob o controle operário!

A classe operária tem seu programa de luta

O fechamento da Ford não é um simples acontecimento. É consequência da crise mundial do capitalismo. Crise essa que avançará ainda mais. A destruição de milhões de postos de trabalho em todo o mundo resulta em destruição de forças produtivas. O que quer dizer, destruição de empregos, aumento do desemprego e rebaixamento geral dos salários. Essa é a forma da classe capitalista se proteger. Não importa se milhões de famílias são empurradas para a pobreza, miséria e fome. Quando a burguesia aplica um plano geral de reestruturação de seus negócios, ela está pondo em prática seu programa de defesa do capitalismo, à custa da vida dos trabalhadores.

A classe operária também tem seu programa. Programa que começa com as reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos. E avança em direção ao programa de expropriação revolucionária da burguesia. Do ponto de vista econômico, nada impede que a propriedade privada dos meios de produção (fábricas, terras, etc.) e o capital financeiro sejam completamente estatizados. A propriedade privada dos meios de produção pode ser transformada em propriedade social, coletiva, dos meios de produção. Do ponto de vista político e organizativo, aí sim temos pela frente um grande obstáculo. A classe operária precisa construir seu partido revolucionário, capaz de unificar todos os explorados por trás do programa de tomada do poder e de expropriação da burguesia.

É preciso recorrer à experiência histórica para compreender e admitir que esse é o único caminho de defesa real das necessidades da classe operária e da maioria oprimida. Essa experiência são as revoluções proletárias. A principal delas foi a Revolução Russa de 1917.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que a classe operária eleve a sua consciência e sua organização, entendendo e empunhando o programa de expropriação da burguesia e estatização de toda a produção.

A importância da assembleia geral

Foi muito importante que o sindicato tenha feito a manifestação dos operários da Mercedes em apoio aos companheiros da Ford. Imaginem, então, se o sindicato organizar uma marcha de todos os metalúrgicos do ABC. É possível? Sim, é possível. Mas é preciso que se faça uma grande campanha em todas as fábricas da região.

Uma das primeiras medidas é convocar a assembleia geral dos metalúrgicos do ABC. Devemos fazer o mesmo que fizemos em 1979, com a gigantesca assembleia na Vila Euclides. Agora, é mais necessário ainda. Trata-se do fechamento da Ford, de milhares de demissões e do crescimento incessante do desemprego. Uma gigantesca assembleia sobre a bandeira de fim das demissões, do desemprego e subemprego abrirá caminho para um forte movimento unitário.

O Boletim Nossa Classe avalia que a luta contra o fechamento da Ford é vital para o movimento de toda a classe operária. Que o sindicato convoque a assembleia geral. Que se constitua um comitê aberto e democrático intersindical.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Boletim Nossa Classe - abril

Política Operária

O Boletim Nossa Classe se colocou claramente pelo não fechamento da Ford. Defendeu os seguintes passos: 1) ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção; 2) estatização da multinacional Ford, sem indenização; 3) organizar um movimento local, regional e nacional em defesa da ocupação e pela manutenção de todos os empregos; 4) convocação da assembleia geral dos metalúrgicos, pelo sindicato; 5) constituir um comitê intersindical de solidariedade operária ativa; 6) re-

alizar manifestações e marchas, convocando a classe operária e a população.

No entanto, tudo indica que as negociações com a Ford não manterão o funcionamento da fábrica. Um acordo de venda está sendo negociado. Isso quer dizer que já não está sendo defendido o não fechamento da Ford.

O Boletim Nossa Classe, ao contrário, mantém a bandeira de “Não fechamento da Ford, e de defesa dos empregos”.

O QUE ACONTECERÁ COM A VENDA?

Não se sabe ainda se de fato será concluído um acordo de venda. Mas tudo indica que venda e compra é o plano do governador Doria e do prefeito Morando. Uma das primeiras informações é a de que a Ford encerrará os contratos de trabalho. O que quer dizer que as demissões dos 4.500 operários acontecerão. A Ford informou que reservou o dinheiro para as indenizações.

Os metalúrgicos devem ter claro que seus empregos estão com os dias contados. Caso se realize a compra, os empregos não serão garantidos. Como se vê, a participação do sindicato

se resume em negociar as demissões. De fato, a venda e compra da montadora resultará no fechamento da Ford. Ou seja, na destruição de 4.500 empregos.

O Boletim Nossa Classe continua com a bandeira de Não fechamento da Ford e defesa de todos os empregos. Para isso, é preciso mudar as formas e métodos de luta. É preciso superar as assembleias passivas, que só servem para receber informações. É preciso que os próprios operários tomem o movimento em suas mãos.

“Acordo de confidencialidade”

A empresa que, concretamente, negocia a compra da Ford é a Caoa. Doria, Ford e Caoa informaram que foi assinado um “acordo de confidencialidade”. O que significa a “confidencialidade”? Significa que as negociações estão e continuarão sendo feitas às costas dos trabalhadores e da assembleia. Sem dúvida, um dos pontos da “confidencialidade” é o que acontecerá com os empregos.

Sabemos de antemão que o fechamento da Ford resultará na eliminação de todos os empregos. O que quer dizer que a compradora da Ford não se responsabiliza em manter os 4.500 postos de trabalho.

“Confidencialidade” e sigilo comerciais só interessam aos capitalistas. Ao contrário, não interessam aos trabalhadores, que são os verdadeiros atingidos pelo fechamento da fábrica.

O Boletim Nossa Classe entende que o sindicato não pode fazer parte de nenhum “acordo de confidencialidade”. O dever do sindicato é defender todos os empregos. A bandeira do momento operário é: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”.

O EMPREGO É A FONTE DE EXISTÊNCIA DO TRABALHADOR

Temos de lutar com todas as nossas forças pelo emprego. Não existe “acordo justo” para as demissões. Isso porque a demissão resulta em fechamento da fonte de existência do operário e de sua família.

O desemprego vem crescendo no Brasil e em todo o mundo. As indenizações pela demissão evaporam em pouco tempo. O que sobra é o desemprego e a falta do salário. O que sobra é mais pobreza e mais miséria para a maioria trabalhadora. Está aí por que o critério de “acordo justo” é um critério burguês, e não proletário.

O Boletim Nossa Classe tem por princípio que emprego não se negocia, defende-se até a última gota de suor. Toda vez que aceitamos as demissões, contribuímos para nossa própria desgraça e de toda a classe operária. Não queremos indenizações, queremos nossos empregos e nossos salários.

O fechamento da Ford atinge toda classe operária

As fornecedoras de peças à Ford começaram a dar férias coletivas. Alegam que, com a desativação da montadora, já não conseguem manter a produção. Fechando ou vendendo a fábrica, as autopeças vão sentir o baque da crise.

Não se trata apenas do fechamento de uma planta. A indústria automobilística como um todo está revendo seu funcionamento, porque existe uma superprodução mundial. Têm aumentado a concorrência e as disputas de mercados. Os acordos entre países já não estão funcionando. O que quer dizer que a classe operária está em meio a uma guerra comercial entre as multinacionais, que envolve países e governos. O acordo de Doria com a GM não passa de uma concessão do Estado brasi-

leiro a uma poderosa multinacional.

Os capitalistas demitem, reduzem salários e eliminam direitos e, ao mesmo tempo, conseguem subsídios dos cofres públicos. Vemos que uma das condições para a compra da Ford é a de o governo despendar dinheiro para a transação. É uma mentira quando dizem que vão garantir empregos.

O Boletim Nossa Classe alerta à classe operária sobre a necessidade de defender os empregos a qualquer custo. Aqueles que aceitam as demissões e negociam as indenizações estão submetidos às leis econômicas do capitalismo, que sacrificam a vida dos explorados. O fechamento da Ford é um motivo de mobilização operária em todo o País pela defesa dos empregos.

Direito democrático do Boletim Nossa Classe ser livremente distribuído

O Boletim Nossa Classe é um porta-voz das reivindicações, das denúncias contra a exploração e de organização independente da classe operária diante dos patrões, dos governos e do Estado. O Boletim Nossa Classe tem por princípio que só a classe operária

organizada e consciente pode defender-se da exploração e opressão capitalistas. Essa posição, por si só, lhe dá o direito de fazer parte das lutas operárias, de suas vitórias e suas derrotas. Aprendemos a responder aos problemas vividos pelos explorados, porque

somos parte dos oprimidos.

O Boletim Nossa Classe tem por princípio a defesa da democracia operária. É com a liberdade de expressão das divergências e com a decisão coletiva por maioria que o movimento operário se fortalece.

Devemos exigir das centrais sindicais um 1º de Maio unificado e de luta

Quem não vê que a economia capitalista em crise e a política dos governos burgueses têm empurrado a classe operária e demais explorados para o precipício? Quem não vê que a reforma trabalhista e a terceirização de Temer vêm esmagando a vida dos assalariados? Quem não vê que a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes atingirá profundamente os trabalhadores? Quem

não vê o avanço do desemprego e do subemprego? Quem não vê que tem aumentado a opressão sobre as mulheres e negros trabalhadores? Quem não vê que o governo Bolsonaro, reacionário e submisso aos Estados Unidos, vem impondo retrocessos econômicos e políticos?

Está mais do que na hora de as centrais sindicais realizarem um 1º de maio unificado, classista e de luta.

Está mais do que na hora de organizar a greve geral contra a reforma da Previdência, pelos direitos trabalhistas e pelos empregos.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais sindicais organizem um 1º de Maio unificado, sob a bandeira “Abaixo a reforma da Previdência”, e por um programa de reivindicações de defesa dos empregos e salários.

RELATO DA ASSEMBLEIA DE RETORNO DOS OPERÁRIOS DA FORD AO TRABALHO

Chegamos mais cedo e começamos a fazer a panfletagem do Boletim Nossa Classe antes da assembleia começar. Alguns camaradas se colocaram no portão de entrada, e os demais ficaram atrás, na retaguarda. Os delegados sindicais já estavam na porta do estacionamento e disseram: “*vocês não vão entrar!*”. E por que? “*Não vão!*” Gritaram com o guarda da Ford para não deixar a militância do Boletim Nossa Classe entrar. Diziam que não deveríamos estar ali, que não éramos bem vindos, e que não distribuiríamos nada ali. Como ignoramos esta ordem absurda e começamos fazer a distribuição ali mesmo, do lado de fora, foram para cima de dois militantes, tentaram arrancar o boletim de nossas mãos algumas vezes, tendo conseguido em uma delas. Rasgaram alguns boletins e jogaram outros no córrego que passa ao lado do portão de entrada, numa atitude completamente reacionária, de quem não admite o direito elementar de crítica e a liberdade de expressão no movimento operário.

Alguns foram até os seguranças da fábrica, aqueles que ficam no portão, e ordenaram que não nos deixassem passar para assistir à assembleia. Estavam em aproximadamente 15 homens. Houve empurra-empurra e seguiram dizendo que não éramos bem vindos na fábrica, “*não precisamos do apoio de vocês!*”, gritava um deles.

Chegaram ao fundo do poço, acabaram com qualquer resquício de democracia operária, quando começaram pegar o Boletim Nossa Classe das mãos dos operários que tinham pegado. Enquanto faziam isso, gritavam aos operários que chegavam para a assembleia: “*não leiam!*”, “*Não leiam isso daí não!*”.

Os militantes poristas não se intimidaram diante dos contrarrevolucionários, levantamos palavras-de-ordem, gritamos pela democracia operária, dissemos que não cabia a eles decidirem o que os trabalhadores devem ou não devem ler. Este relato deixa

mais do que claro o medo que a burocracia sindical petista tem da penetração da política proletária no seio da classe operária. Querem ser e controlar a consciência de classe dos operários, mas não podem fazer isso. No máximo, podem tentar, e o exemplo de algumas operárias mostrou o descontentamento com a burocracia pró-patronal e, por isso, antidemocrática. Elas disseram: “*me dá aqui o Boletim que quero ler!*”. A classe tem seu próprio instinto de luta e burocrata sindical nenhum pode controlar isso!

Foi a terceira vez que a direção do sindicato avançou contra o POR, mas de fato estava avançando contra a política revolucionária. Logo entendemos por que os burocratas estavam tão organizados para impedir a nossa participação: era a assembleia em que a direção ia colocar fim à greve na Ford, sem fazer a votação. Silenciaram os operários, começando os informes pela promessa da fábrica de garantir o PLR e, em seguida, avisaram os trabalhadores de que voltariam ao trabalho naquela mesma manhã. Vamos deixar aqui de forma literal a fala do burocrata “Paraíba”, coordenador sindical da Ford:

“(…) na questão da retratação, a fábrica pediu duas coisas para a gente. Primeiro: desculpa. Segundo: não é verdade que não preciso de vocês trabalhando. Eu tenho 1.700 Fiesta e 843 caminhões para fazer até o fechamento da fábrica. O comprador está olhando todos os indicadores que a fábrica tem, está olhando os custos, está olhando a qualidade. Isso é uma coisa que nos envolve. O comprador está olhando tudo. E a fábrica também precisa se preparar para isso. A Ford pediu para fazer o retorno ao trabalho. E hoje vamos orientar vocês a retornar ao trabalho.”

Em outro trecho, orientou como seria o retorno ao trabalho: “*(…) eu acho que nós temos que entrar na fábrica... trabalhar... e voltar para casa melhor do que entramos. Então, queria fazer um pedido para vocês. Que a gente entregue a qualidade, não preocupado com o PLR,*

preocupado que alguém está olhando a fábrica e pode pegar um produto e querer esse produto... para auditar. Então, nós precisamos produzir, cada um desses 1.700 carros, cada um desses 1.800 caminhões (primeiro havia falado 873 caminhões)... como se fosse para gente, individualmente. Porque, a qualquer momento, alguém pode vir na linha ou pode pegar um carro para auditar... mesmo porque nós temos que sair pela porta da frente. Até a semana passada, eles achavam que não precisavam da gente. Então, quero fazer o pedido que cada carro produzido saia melhor do que sempre saiu. E quero pedir para os companheiros, se puder evitar a falta na terça e na quarta (...) são só dois dias (...). Companheirada, nós não vencemos a guerra, nós vencemos a batalha. A vitória está próxima... Até a vitória, se deus quiser!”

E assim o burocrata profissional fechou sua fala, como só alguém que é traidor da luta pode fazer, falsificando a realidade e chamando a derrota de vitória.

Em outro momento, outro dirigente falou: “sei que alguns devem estar com raiva, mas vamos controlar a raiva”.

Estes relatos mostram com a transparência da água pura o papel da direção em enterrar a luta dos operários da Ford, aceitando o fechamento da fábrica e as demissões que virão. Ordenaram que os operários voltassem ao trabalho sem fazer nenhuma votação. E quando apresentaram a notícia catastrófica do fim da greve, sem garantia nenhuma de manutenção dos empregos, falaram logo em seguida do PLR, uma forma de calar os operários. Um deles foi além, disse que não era o fim da greve, mas que o retorno ao trabalho fazia parte da luta para garantir os empregos.

Mais uma vez, a burocracia do sindicato dos metalúrgicos do

ABC mostrou que é inimiga da democracia operária. Além de encerrar a greve, sem sequer fazer uma votação, tentou novamente impedir que o Boletim Nossa Classe chegasse às mãos dos operários.

Está claro por que montaram uma verdadeira operação para não permitir a entrada do POR na assembleia, empunhando o Boletim Nossa Classe. Em todos os materiais que escrevemos e distribuimos, nesses 42 dias de luta, mostramos que o caminho que a direção sindical estava tomando era derrotista. Combateram a bandeira de ocupação da fábrica e de estatização, sem indenização. Não convocaram a assembleia geral dos metalúrgicos e não realizaram bloqueios de vias importantes, com atos massivos. Pelo contrário, o papel do sindicato foi apenas de negociar as demissões. Foi isso que colocamos no Boletim, distribuído nesta assembleia de 2 de abril.

O POR segue dizendo, em alto e bom som: emprego não se negocia, defende-se com luta!

Os operários da Ford e demais lutadores devem aprender com esta experiência que o caminho da conciliação de classes nunca nos levará à vitória. Devemos aprender que essas direções servem apenas de freio aos instintos de luta da classe operária. Mais do que nunca, está posta a tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário, no seio da classe, com seu programa independente dos patrões e dos governos capitalistas.

Está claro que as demissões virão. É preciso, portanto, manter a luta sob a bandeira Nenhuma demissão! Nenhum acordo sobre demissões! Exigimos a permanência dos 4.500 metalúrgicos da Ford!

Balanço de uma traição

Acordo sigiloso com a Ford

O anúncio de que a Caoa comprou a planta da Ford de São Bernardo do Campo serviu de alívio à direção do sindicato metalúrgico (CUT). No entanto, os operários receberam apreensivamente a notícia. O acordo se realizou sob a cláusula de “confidencialidade”. O que quer dizer que a Ford, Caoa e o governo Doria o ocultaram dos olhos dos metalúrgicos atingidos, da classe operária como um todo, e da população.

Não se sabe até que ponto a direção sindical participou da negociata sigilosa. Basta o fato de não ter rejeitado e denunciado a “confidencialidade” para ser conivente com as montadoras e com o governo Doria. Ao contrário, uma direção classista e fiel aos interesses da classe operária teria exigido a abertura de toda a contabilidade das multinacionais e demonstrado o quanto lucraram no passado e ainda lucram no presente. Somente uma direção com má inten-

ção, que foge da luta, que se acovarda diante da poderosa montadora norte-americana, e trai a classe operária, poderia participar da transação dos

capitalistas. O Boletim Nossa Classe, distribuído na assembleia de 2 de abril da Ford, denunciou e defendeu a quebra do sigilo.

Traição da burocracia do sindicato metalúrgico

A assembleia, que serviu para a direção do sindicato e para o comitê sindical da Ford comunicarem o acordo e a decisão de retornar ao trabalho, pareceu um enterro. Nenhuma garantia de preservação dos empregos foi dada. Os trabalhadores deveriam retornar ao trabalho, depois de 42 dias de paralisação, para concluir a produção restante da Ford e deixar o ambiente da fábrica em perfeitas condições para o novo dono. Todos sabiam que os contratos se encerrariam, e que o sindicato havia negociado as indenizações. Isso tudo sem que fosse exposto em pratos limpos à assembleia.

Os burocratas sindicais não informaram o que se passava e o que aconteceria com 1.500 operários terceirizados. E não revelou o que a Caoa pretende fazer com 3.000 metalúrgicos efetivos. Apenas procurou dar a entender que a situação não era tão grave, uma vez que muitos estavam em condições de se aposentar, que a discussão sobre a indenização estava adiantada, e que havia um acordo de pagamento do PLR.

Não é preciso, porém, muito esforço para deduzir que os terceirizados foram varridos, e que os efetivos serão demitidos, ficando sujeitos a possíveis novas contratações pela Caoa. É sabido que os novos donos vão se valer da reforma trabalhista. Imporão salários mais baixos e produtividade elevada.

A derrota tida como vitória

A direção do sindicato disse à assembleia, passiva e atordoada, que a vitória não tinha sido final, mas que havia tido uma vitória parcial, e que a luta continuava. Completou: um bom comportamento dos operários no retorno ao trabalho, com uma jornada de dois dias por semana, seria importante para mostrar à Ford o empenho para uma boa solução, e à Caoa que estavam prontos para a recontração. Um bom sinal da disposição da Ford era que havia con-

cordado em pagar o PLR.

A vitória parcial, para os burocratas, se limitava a esse informe. Ocultavam o destino de 1.500 terceirizados. Ocultavam que uma vez interrompidos os contratos dos 3.000 efetivos, as demissões estavam finalizadas com o fechamento da Ford. Ocultavam que o sindicato nada poderia fazer, caso a Caoa não recontratasse os demitidos. A burocracia deixou no ar que tinha uma carta guardada na manga para usá-la quando

a Caoa substituísse a Ford. É bem possível que tenha feito parte do acordo de "confidenciabilidade".

O certo é que não houve nenhuma vitória. E que não haverá continuidade da luta. Concluída a transferência para a Caoa, os demitidos nada poderão fazer. Estarão na dependência da seleção que fará o novo patrão, no melhor dos casos, e do desemprego, no pior dos casos. O mais provável é que a maioria ficará desempregada.

Despolitização do movimento

A direção manteve a paralisação da Ford isolada do restante da classe operária e do movimento sindical. É como se fosse um problema particular de 4.500 operários. É como se o fechamento da fábrica e a liquidação dos postos de trabalho nada tivesse a ver com as demissões que vêm ocorrendo no complexo fabril e em outras atividades econômicas. A política da burocracia se resume: aqui mandamos nós, e aqui cabe apenas a nós decidir o que fazer diante do fechamento da fábrica. Nem mesmo a base metalúrgica do sindicato foi mobilizada. Não se convocou a assembleia geral. Não se tomou nenhuma medida para desencadear uma solidariedade ativa. As manifestações públicas foram conduzidas em tom religioso e lamentoso.

O isolamento do ataque patronal aos empregos e a paralisação consentida da fábrica foram conduzidos para a despolitização. Ao mesmo tempo, a burocracia submeteu os operários às negociações sigilosas entre o governo Doria, a Ford e a Caoa. Essa manobra foi tomada como uma atitude positiva do governo direitista, bolsonarista, do estado de São Paulo. Ao colocar a paralisação na dependência das negociações pelo alto, favoreceu a politização burguesa e a despolitização operária. A despolitização operária expressa a negação do método da luta de classes.

BUROCRATISMO SINDICAL AUTORITÁRIO

A assembleia é o termômetro da passividade ou da combatividade, da inconsciência ou da consciência de classe, do burocratismo autoritário ou da democracia operária. Em todo o percurso dos 42 dias de paralisação, prevaleceu a passividade, a inconsciência e o burocratismo autoritário. Essas características mostram que é extraído dos operários a vontade própria, o espírito de iniciativa e a compreensão coletiva do que está se passando. A assembleia morta apenas recebia informação filtrada pela burocracia, que negociava o destino dos empregos a portas fechadas com a Ford.

A política sindical que depende das negociações com a patronal é incompatível com o movimento em que a classe operária é a força motriz, em que as assembleias são vivamente coletivizadas, e em que os operários se sentem motivados a expressar seus pensamentos, opiniões e sentimentos. Essa política sindical é incompatível com a pluralidade de posições, portanto, é autoritária diante das divergências. Os burocratas não admitem que o movimento coletivo se apoie em suas próprias forças, e que tenha vontade própria. Ao contrário, a política burocrática indica um só caminho, uma só decisão e uma só voz na assembleia.

REPRESSÃO BUROCRÁTICA

A burocracia desdenha a democracia operária. Respondeu à denúncia do Boletim Nossa Classe, que foi atacado por bate-paus, que: aqui mandamos nós, e não nos interessa a democracia operária. Certamente, não era preciso ter dito nada. Bastava a agressão, desfechada contra os militantes do Partido Ope-

rário Revolucionário, que distribuíam o Boletim Nossa Classe.

O sindicato que protege a política da direção por meio de bate-paus não apenas está burocratizado, mas gangsterizado. A burocracia se apropria do sindicato como sua propriedade privada. Cria laços de interesses econômicos e políticos com os capitalistas e entre a própria camarilha sindical. Impede a livre expressão dos operários e reprime as correntes opostas. No entanto, diante da democracia burguesa, cai de joelhos. Reclama do autoritarismo daqueles que prenderam Lula sem provas. Pede que sejam respeitados os direitos políticos.

O ato de cercar militantes poristas, arrancar o Boletim Nossa Classe de suas mãos e rasgá-los, bem como o ato de ameaçar com a violência física, retrata a política burocrático-autoritária. Retrata também a negação da democracia operária e a subserviência à democracia burguesa.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



O conteúdo da repressão

A direção do sindicato atacou o Boletim Nossa Classe para impedir que os operários abrissem os olhos para as falcatruas das negociações; para que não vissem que havia outro caminho para a verdadeira defesa dos empregos; para que não expressassem seu descontentamento; para que não concluíssem que estavam diante de uma odiosa traição.

O Boletim Nossa Classe se colocou pela defesa intransigente dos empregos. Mostrou que a burocracia caminhava no sentido contrário. Havia se conformado com o fechamento da fábrica. Não acreditava na luta contra o fechamento. Estava, portanto, decidida a negociar as demissões. Armou uma viagem à matriz, nos Estados Unidos, sabendo que era em vão. A Ford vinha há tempo produzindo com a jornada reduzida. Assinalava uma

radical mudança. A direção cedeu ao máximo exigido pela montadora. Pautou-se pela diretriz de flexibilização capitalista do trabalho. Agiu politicamente em defesa de programas estatais, voltados à proteção dos interesses das multinacionais. Tudo em nome dos empregos, cujos resultados não foram senão a destruição crescente de postos de trabalho.

A burocracia entende por defesa dos empregos a negociação dos PDVs e as indenizações. Diante da parcela que não foi demitida, se coloca como salvadora dos seus empregos. Isso até o momento em que a multinacional decidir fazer um novo ajuste. São parte desse processo os acordos de redução salarial e perda de direitos.

O caso da Ford é exemplar. Em 1998, a empresa resolveu demitir em massa. A

greve de um mês concluiu com a negociação dos PDVs. Os ajustes no setor automotivo seguiram esse caminho. Milhares de postos de trabalho foram fechados. A burocracia considera inevitável e faz do sindicato apenas um instrumento de negociação das demissões. O fechamento da Ford é o extremo a que se chegou.

O Boletim Nossa Classe esteve presente nos acontecimentos de 1998. Os militantes poristas foram atacados, o que veio a se repetir agora. É bom lembrar também que esse mesmo tipo de método repressivo ocorreu na Mercedes.

No caso do fechamento da Ford, o seu conteúdo pró-patronal e pró-multinacional foi mais explícito. O Boletim Nossa Classe compareceu como uma oposição classista à política de colaboração de classes.

Emprego não se negocia, defende-se com luta

As demissões na Ford, que certamente já ocorreram e as que virão, são parte da crise econômica, que persiste desde 2008. A superprodução mundial não foi resolvida, embora se tenha destruído maciçamente um enorme volume de forças produtivas. As multinacionais pressionam em grande escala para rebaixar o valor da força de trabalho e obter concessões dos governos. A recessão de 2015 e 2016 provocou demissões em massa. Reconhece-se que faz algum tempo que o País passa por um processo de desindustrialização. Todos os ramos da produção fecharam postos de trabalho. Está em marcha um movimento econômico de mutilação e desqualificação da força de trabalho. Trata-se de um fenômeno do capitalismo em decomposição, em que as forças produtivas estão em choque com as relações de produção. As consequências recaem sobre a maioria oprimida.

Os sindicatos e as centrais sindicais não foram capazes de resistir a essa marcha destrutiva. A política de conciliação de classes os impediu de responder aos milhões de postos de trabalho e à elevação da taxa de desemprego. Sob o governo do PT, o País passou por dois momentos. O da bonança, com a redução do desemprego, e o da desgraça, com as demissões em massa. O reformismo, que se vangloriava com a possibilidade de garantir um crescimento sustentável, e uma melhoria gradual na vida da população, foi tragado pela crise de 2008. Hoje continua fazendo estragos ao movimento operário e popular com a mesma política de conciliação de classes.

A bandeira que o POR e o Boletim Nossa Classe propagandeou e agitou no movimento, sintetizada na fórmula Emprego não se negocia, defende-se com luta, se chocou frontalmente com o colaboracionismo servil dos burocratas.

A burocracia enfrentou apenas a oposição do Boletim Nossa Classe

Assim que a Ford anunciou o fechamento da fábrica e a burocracia convocou um ato, as correntes políticas de esquerda se fizeram presentes. Não passou de um apoio hipócrita. A direção do sindicato se sente confortável com esse tipo de solidariedade. O Boletim Nossa Classe esteve presente em defesa dos trabalhadores, e não da política traidora dos burocratas. Assim que se exigiu um claro posicionamento sobre a condução da luta, as correntes desapareceram.

Chama à atenção a omissão da CSP-Conlutas. De nossa parte, sabemos o porquê. A central de esquerda, dirigida pelo PSTU, foi responsável pelo acordo da GM de São José dos Campos. Se não foi capaz de travar a luta contra o rebaixamento salarial, perda de direitos e abertura de PDV, não seria capaz, portanto, de se opor à política de conciliação de classes da burocracia do ABC. O boletim Nossa Classe foi atacado, sem que pudesse contar com uma frente antiburocrática e de defesa dos empregos. Divulgamos uma Carta Aberta em defesa da democracia operária e poucas correntes responderam.

Evidencia-se a profundidade da crise de direção revolucionária. Muito contribui a esquerda centrista para retardar o combate por sua superação. É sintomático que durante essa onda de crise que atinge a maioria explorada não foi possível organizar uma frente única, voltada a defender por meio do método da ação direta um programa de reivindicações e de organização independente da classe operária. Podemos afirmar que houve uma acomodação, se não uma capitulação, diante do acordo da burocracia com a Ford, Caoa e Doria.

QUESTÃO PROGRAMÁTICA

As negociações dos sindicatos com as multinacionais sempre acabaram favorecendo os planos de “reestruturação produtiva” e “ajustes”. A burocracia de esquerda acaba confluindo com as burocracias de centro e de direita. Pressionada pelas multinacionais, e apoiada no atraso político da classe operária, cede a acordos desastrosos. Recentemente, o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos se dobrou perante a GM. Em seguida, em meio à crise da Ford, o governador Doria selou um acordo com a GM. O programa IncentivAuto subsidiará a multinacional, com o desconto de até 25% do ICMS. A promessa foi a de preservar 15 mil empregos, e criar 1.200 novos postos, sendo 400 diretos e 800 terceirizados. Sabemos de antemão que a GM não se comprometeu com a estabilidade no trabalho durante o período de vigência do “entendimento”. Somados o acordo do sindicato com o “entendimento” de Doria, a GM vai economizar enormemente com salários e impostos. Tais medidas são provisórias. A crise de superprodução obrigará novas investidas da GM contra os empregos.

O problema não se restringe a essa ou aquela montadora. A destruição de postos de trabalho comparece como uma tendência geral do choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Nisso reside a base programática da defesa dos empregos e da rejeição a qualquer acordo que leve à demissão. Está colocada a necessidade de pôr em pé um movimento nacional contra o fechamento de postos de trabalho e por emprego a todos.

A classe operária lutará em defesa de sua força de trabalho, caso seja organizada e sua consciência de classe, elevada. As bandeiras programáticas que respondem à profunda crise do capitalismo são: implantação da escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção. Ocupar as fábricas que demitem e promover um movimento geral em defesa dos empregos.

Essas bandeiras são incompatíveis com a política de conciliação de classes, que em última instância, resulta em manutenção do capitalismo em decomposição. Somente a vanguarda proletária que encarna o programa da revolução social, como é o caso do POR, pode defender no seio das massas as bandeiras que se opõem aos ataques dos capitalistas.

Carta Aberta

Carta aberta aos sindicatos, movimentos e partidos políticos que se reivindicam da democracia operária

28 de março de 2019

O motivo dessa carta diz respeito à repressão que os militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) sofreram por parte do Sindicato Metalúrgico do ABC. Na assembleia da Ford, do dia 26 de março, um grupo de cinco bate-paus cercou um dos militantes que distribuía o Boletim Nossa Classe e tentou arrastá-lo para trás dos ônibus estacionados no pátio. Uma das militantes interveio aos gritos, para que nosso camarada não fosse golpeado. É importante essa descrição, porque mostra o método repressivo utilizado pela burocracia sindical em suas assembleias. Método esse que é o de usar a violência, de preferência distante dos olhos dos operários e de toda a assembleia.

Os Boletins Nossa Classe foram arrancados das mãos de nosso camarada, sem que esse pudesse esboçar a mínima reação. Os bate-paus aos empurrões disseram, de maneira a não despertar atenção da assembleia, “não precisamos de você aqui”. No momento, de cima do caminhão de som, falava o representante da CUT, João Cayres. José Quixabeira (Paraíba), em seguida, denunciou o Boletim Nossa Classe, como se fosse um perigoso infiltrado no movimento contra o fechamento da Ford. Terminada a assembleia, nossos camaradas foram até Rafael Marques e João Cayres e denunciaram a violência contra o militante do POR. Perguntaram por que os boletins foram arrancados e por que o Nossa Classe não poderia ser distribuído na assembleia. Um dos bate-paus presentes respondeu que não fomos pedir autorização para distribuir. Uma camarada respondeu: “não precisamos pedir autorização a ninguém”.

Rafael Marques disse que ninguém estava impedido de distribuir boletins. Mas o fato é que uma parte dos boletins foi confiscada pelo grupo de bate-paus. O restante do Nossa Classe acabou sendo distribuído no portão de entrada da Ford, após a assembleia.

Há um precedente, que também precisa ser narrado. Na assembleia do dia 19 de março, houve a mesma repressão ao Boletim Nossa Classe. Nesse mesmo dia, ocorriam as reuniões de representantes de escola (Apeoesp). A militância porista fez a denúncia nas reuniões de professores e apresentou uma moção em defesa da liberdade de expressão e da democracia sindical. Na Lapa, a discussão foi atritosa com os sindicalistas petistas, que disseram que não poderiam votar a moção porque não havia provas. Era evidente que o POR não tinha motivos para inventar tal denúncia. E o mais importante: o POR tem uma tradição de defender e praticar a moral revolucionária. O plenário votou por esmagadora maioria a favor da moção. Na reunião do Conselho Estadual da Apeoesp, dia 22, o POR apresentou a denúncia. A direção do sindicato perguntou se tínhamos nomes daqueles que haviam praticado a repressão. E disse que verificaria o problema e que era a favor da liberdade de distribuir o boletim e solidarizar contra o fechamento da Ford. Agora, mais uma vez, houve a agressão. A direção do sindicato pode consultar Rafael Marques e João Cayres, perguntando-lhes os nomes dos agressores.

É importante ter claro que a direção da assembleia da Ford sabia perfeitamente da decisão de arrancar o Boletim Nossa

Classe do militante porista. No entanto, Marques e Cayres se fizeram de democratas diante de nossa presença. A admissão da seriedade do fato depende do ponto de vista político e de classe de quem o avalia. De nossa parte, entendemos que o uso da violência contra a distribuição do Boletim Nossa Classe é de caráter antidemocrático e contrarrevolucionário. Esse tipo de violência é próprio do Estado burguês e da polícia particular dos capitalistas. A burguesia não admite a existência de um sindicalismo de combate, baseado na democracia operária. A lei antigreve tem por fundamento a proibição, por meio da força do Estado, ao exercício da democracia operária. Esse mesmo Estado tem em sua Constituição o direito formal de expressão. Direito esse que vale apenas para as instituições burguesas. No momento em que uma direção sindical viola o direito de expressão, coloca-se como um agente do Estado no movimento operário.

Parece incompreensível que a direção sindical petista se utilize desse método, quando denuncia a violação da própria democracia burguesa diante do golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff e prendeu Lula sem que se mostrassem provas concretas de corrupção. Essa aparente incoerência se explica pelo fato da burocracia sindical em geral e, em particular a do PT, se opor à democracia operária. Parece insignificante o fato de um grupo de bate-paus arrancarem os boletins em uma assembleia. Ocorre que esse acontecimento pontual é um sintoma do avanço das tendências autoritárias do capitalismo em decomposição.

Qual o temor da direção sindical, se ela mesma disse, na assembleia, que o Boletim Nossa Classe era de um grupo pequeno e que apenas queria se aproveitar do movimento? O temor é que o Boletim Nossa Classe expôs e defendeu, no interior do movimento contra o fechamento da Ford, uma resposta e uma linha política totalmente opostas à da direção do sindicato. A repressão foi desfechada contra uma posição proletária, completamente coerente e legítima diante da defesa dos empregos e contra a mutilação das forças produtivas internas ao País.

Sabemos que as posições do Boletim Nossa Classe não tinham como ser assumidas pelos operários da Ford, devido ao extremo controle exercido pela burocracia sindical. A direção também tem essa mesma avaliação. O problema está em que o Boletim Nossa Classe colocou concretamente para os metalúrgicos da Ford e para o conjunto da classe operária duas posições opostas para enfrentar o fechamento da fábrica. Os operários poderiam se rebelar contra as negociatas da direção, que vão levar inevitavelmente à derrota. Não se rebelaram. E se não se rebelarem, vão sofrer as duras consequências da demissão e do desemprego. O mais importante, porém, é que a derrota da Ford é uma derrota de toda classe operária. O Boletim Nossa Classe expôs claramente os dois caminhos: o da derrota previsível e o da vitória possível. A direção do sindicato não admitiu que sua política derrotista fosse contestada. Está aí o conteúdo político que levou ao uso da violência burocrática contra o Boletim Nossa Classe.

Esta Carta aberta objetiva não apenas fazer nossa defesa, mas também a defesa geral da democracia operária. Sua impli-

cação é ampla. Vivemos a época do capitalismo em decomposição, do apodrecimento da democracia burguesa, do avanço da barbárie, do recrudescimento da luta de classes e, portanto, da necessidade da burguesia sufocar qualquer manifestação e embrião da democracia operária. A luta democrática, sem dúvida, é de grande importância para os explorados resistirem e avançarem o combate a todas as formas de autoritarismo burguês. Não se pode desprezar o empenho das correntes fascistas e da direita fascizante em ganhar terreno e se constituírem como força burguesa alternativa capaz de responder à crise estrutural do capitalismo com os métodos da violência contrarrevolucionária.

O golpe de Estado de 2016 e a eleição de Bolsonaro é parte da projeção das tendências autoritárias e fascizantes em toda a parte. A cassação dos direitos políticos de Lula foi utilizada, precisamente, para impedir que sua candidatura dificultasse a continuidade do golpe. A aplicação dos métodos discricionários é um sintoma visível dos impasses da democracia oligárquica no Brasil. Impasse que tem em sua base a derrocada econômica do País e a potenciação da crise social. Assistimos, nesse processo, à imposição da reforma trabalhista e, agora, enfrentamos a reforma da previdência. O fechamento da Ford, como se vê, não é um raio no céu azul. A classe operária está

pagando caro pela política de conciliação de classes do PT e pela ausência de organização independente do Estado e do patronato.

O episódio da violência contra o Boletim Nossa Classe teria menor transcendência, fosse outra a situação política. Lembramos que, na greve da Ford em 1998, o Boletim Nossa Classe esteve presente. Na ocasião, também sofremos a ação dos bate-paus do sindicato. A importância do fato está em que assinalou

o caminho que tomaria a montadora. Demissões em massas foram feitas e inúmeras concessões obtidas pela multinacional norte-americana. Nada disso evitou o desastre a que se chega agora. O fundamental da experiência é que o movimento operário se acha mais fraco: desarmado de seus métodos de luta, de sua organização coletiva e de seu programa. Essa fraqueza evidencia por que a Ford pôde anunciar o fechamento de uma de suas fábricas e simplesmente não enfrentar nenhuma resistência dos metalúrgicos do ABC, que realizou a gloriosa jornada de fins dos anos 70 e dos anos 80.

A democracia operária no movimento sindical quase desapareceu e, em particular, no sindicato metalúrgico do ABC foi eliminada. Os ataques contra qualquer tentativa de se constituir oposição se tornaram uma norma. É previsível que a burocracia autoritária usará da violência contra o Boletim Nossa Classe, apesar de gritarem por democracia diante das arbitrariedades que levaram Lula à prisão.

Esta Carta aberta vai muito além da legítima defesa do Boletim Nossa Classe ser distribuído sem precisar de permissão de ninguém. É um manifesto em defesa de democracia operária! Um manifesto contra o fechamento da Ford! Um manifesto em defesa dos empregos! Um manifesto pela organização independente da classe operária!

(...) o uso da violência contra a distribuição do Boletim Nossa Classe é própria do Estado burguês e da polícia particular dos capitalistas, que não admite a existência de um sindicalismo de combate, baseado na democracia operária.

Desemprego, subemprego e “desalento” seguem em alta

A taxa de desemprego no Brasil continua em crescimento, atingindo 12,4%, no trimestre de dezembro a fevereiro. Dados do IBGE apontam que são 13,1 milhões de desempregados. A perda de postos de trabalho se dividiu igualmente entre setor público e privado. Na administração pública, foram 574 mil pessoas ocupadas a menos do que no trimestre anterior. A maior concentração na educação, justificada pela ação de prefeituras, que demitem os contratados ao fim do ano e recontratam depois. Sinal da grande precariedade à qual o magistério está submetido. No setor privado, a queda se deu entre empregados sem carteira assinada (-561 mil). Os setores mais atingidos foram indústria (-198 mil), construção (-155 mil pessoas) e a agricultura (-127 mil). Os mais afetados foram pessoas do sexo masculino e com baixa instrução. Os ocupados, que incluem empregados, empregadores e autônomos, somaram 92,127 milhões, 1,1% a menos do que no trimestre anterior, ou 1,062 milhão de pessoas a menos.

Onde houve desempenho positivo, foi por causa do aumento da informalidade, a exemplo dos motoristas de aplicativos, que fizeram o setor de transporte, armazenagem e correio aumentar em 133 mil novos ocupados.

A estimativa do IBGE é de que os dados do próximo trimestre a ser medido (janeiro a março) devem continuar com a alta, pois, o mês de dezembro, quando tem contratação de temporários, sairá da conta, e ficarão os meses marcados pela demissão de pessoal temporário e dispensas no setor público. Destaca, porém, que a efetivação de temporários ficou abaixo do ano anterior, o que atesta a piora no nível de emprego.

Trabalhadores subutilizados

A subutilização da força de trabalho também cresceu, a alta foi de 3,3%, 901 mil pessoas a mais. O dado que mede o desperdício de mão-de-obra inclui desocupados, subocupados (os que estão empregados com menos de 40 horas semanais e poderiam de trabalhar mais horas), e a força de trabalho potencial (pessoas que não procuram emprego, mas estão disponíveis). No trimestre, o país atingiu 27,929 milhões de trabalhadores subutilizados, atingindo a taxa de 24,6% da força de trabalho ampliada. Ou seja, a cada quatro brasileiros aptos a trabalhar, um está fora do mercado de trabalho. Dentre estes, estão os desalentados, que já desistiram de procurar emprego, com 4,855

milhões de pessoas, um total de 4,4%. Foram 150 mil desalentados a mais, fazendo a taxa crescer 6%. Esses números são parte da destruição de forças produtivas que acompanha as respostas da burguesia à crise. E são uma amostra da decomposição do capitalismo em sua fase imperialista, que empurra a humanidade para a barbárie social.

A farsa de que a Reforma da Previdência reativará a economia e os empregos

A mídia monopolista e o governo mentem dizendo que depende da aprovação da reforma a volta do crescimento do emprego. Se a reforma for aprovada, retirará centenas de bilhões do mercado de consumo nos próximos anos. O exemplo de apenas uma das medidas já dá a dimensão do que ocorrerá. Na proposta de Reforma da Previdência de Guedes-Bolsonaro, o abono do PIS (uma espécie de 14º salário), que hoje é pago a todos que recebem menos de dois salários, passará a ser pago apenas para quem recebe um salário (10% dos que atualmente recebem estão nesta faixa). Serão 23 milhões de trabalhadores que deixarão de receber esse abono. A redução das aposentadorias e pensões também atingirá o consumo. É falsa a defesa dos ultraliberais de que acabar com a proteção social e regulamentação trabalhista levará ao aumento de investimentos e empregos. A própria Reforma Trabalhista está prestes a completar dois anos, e o desemprego só cresceu. Os capitalistas mentem porque não podem dizer que essas medidas beneficiam exclusivamente a sua classe. Então, usam o desespero dos desempregados para chantagear por suas medidas.

Enfrentaremos o desemprego com independência de classe, unindo empregados e desempregados em defesa de emprego para todos, com a divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar, sem redução de salários; impedindo o fechamento de fábricas com os métodos de ação direta (greves e ocupações); exigindo obras públicas com controle operário; lutando para revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), a reforma do ensino médio e a reforma trabalhista. E exigindo das Centrais e movimentos populares que convoquem assembleias e formem comitês de luta nos locais de trabalho estudo e moradia, cerrando fileiras para erguer a greve geral contra a Reforma da Previdência.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

MP 873/2019: Ataque à independência de classe

No dia 01/03, Bolsonaro lançou a Medida Provisória 873, que determina como serão recolhidas as contribuições sindicais e impede que seja através do desconto em folha de pagamento. A medida se sobrepõe aos mecanismos de decisão coletivos da categoria, e impõe a obrigação de autorização “individual, expressa e por escrito” para a contribuição. Ataca diretamente a soberania das assembleias dos trabalhadores, seu organismo de democracia direta. A MP-873 dita aos trabalhadores o que podem ou não decidir coletivamente. Impõe a preponderância do direito individual burguês sobre o direito coletivo operário. Em outras palavras, a justiça burguesa decide por cima da própria categoria e seus organismos.

O efeito imediato da medida é dividir a classe operária e enfraquecer sua organização coletiva. Esse objetivo se soma aos profundos ataques: aplicação da reforma trabalhista para retirar os direitos dos explorados; aprofundamento da terceirização, do trabalho precário e do subemprego; imposição da reforma da Previdência para salvaguardar o pagamento dos juros da dívida pública, enquanto sacrifica ainda mais a classe proletária, que trabalhará até morrer; etc. O fundamental está em que se os capitalistas querem decidir sobre como se organizam os trabalhadores. A resposta da classe operária e demais oprimidos é a da organização coletiva e a luta contra a ingerência do Estado burguês.

A impotência e capitulação das direções sindicais

As centrais sindicais têm buscado a justiça burguesa contra a MP-873, alegando que a medida é inconstitucional. No dia 2 de abril, os dirigentes das principais centrais se reuniram com Rodrigo Maia (DEM), para pressionar o parlamentar a mudar a redação da MP. Essa conduta expõe o servilismo das direções sindicais ao parlamento. Viram as costas aos trabalhadores, rastejando atrás das instituições burguesas, colocando a luta a reboque de disputas inter-burguesas. Diante do ataque à organização e demo-

cracia operárias, o dever das direções é de rechaçar categoricamente a medida, convocar as assembleias e organizar a luta no campo da independência de classe. Mas, há muito que os sindicatos e centrais sindicais estão infestados de burocratas, que nada fazem senão travar a luta. Essas direções são impotentes e incapazes de convocar uma luta feroz em defesa dos organismos de democracia direta, pois, sua política está em oposição à democracia operária. É por isso que, mesmo nesse momento, em que a

lei lhes é desfavorável, continuam a buscar a política de conciliação de classes, e não convocam os trabalhadores à luta.

Esse é mais um exemplo que evidencia a necessidade de varrer as burocracias que tomam conta dos sindicatos e das centrais. É preciso levantar urgentemente uma oposição revolucionária, que coloque uma política de independência de classe. É preciso fortalecer as fileiras do partido operário revolucionário, capaz de encarnar os interesses históricos da classe operária.

Centrais Sindicais foram a Brasília

Diante do brutal ataque dos capitalistas e do governo aos sindicatos, as centrais sindicais foram, na primeira semana de abril, à Brasília, conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Foram pedir ao deputado do DEM e apoiador de Bolsonaro que modifique a redação para a MP 893. Maia apenas se comprometeu em realizar nova reunião, em 16 de abril.

Esse fato mostra o quanto as burocracias sindicais estão na dependência do Congresso Nacional. E o quanto se afastaram dos interesses da classe operária. Não são capazes de organizar o enfrentamento à Medida Provisória, com os métodos próprios dos explorados.

Todo apoio à greve dos carteiros do CDD Capão Redondo!

Os trabalhadores do CDD (Centro de Distribuição Domiciliar) do Capão Redondo seguem em greve por tempo indeterminado, desde 18/03, contra a DDA (Distribuição Domiciliar Alternada). A medida sobrecarrega ainda mais os carteiros, diminuindo as idas às residências para 2 ou 3 dias por semana, com o dobro de entregas. Além de não fazer novas contratações, há quase 10 anos, os Correios vêm diminuindo os direitos dos que ainda não foram mandados embora. Faltam materiais de trabalho e manutenção no prédio do CDD, que se encontra em situação precária.

Que as demais regiões se unam na greve! Abaixo a flexibilização capitalista do trabalho! Nenhum direito a menos!



Nota do Boletim Nossa Classe de Recife**Trabalhadores da Pró-pescados denunciam a utilização do banco de horas pós reforma trabalhista**

Trabalhadores relatam que, antes da reforma, o máximo de horas extras era de até duas, e o ressarcimento não se acumulava tanto. Agora, há dias onde se trabalham até 12 horas, sem acordo ou aviso prévio. Há acúmulo de mais de 100 h, sem nenhuma informação de como ou quando serão ressarcidas essas horas.

Os trabalhadores reclamam do controle da empresa sobre a rotina de suas vidas, pois, não podem se programar para além da jornada de trabalho, pelo fato de que, se a empresa convocar para extra, eles na prática não podem negar, para não ficarem marcados. É um regime de escravidão, só que maquiado. Os trabalhadores e trabalhadoras fazem a síntese de que: no final, não recebem dinheiro, nem folga.

O que fazer?

O que os trabalhadores e trabalhadoras da Pró-pescados vem passando é o que a maioria dos explorados está vivendo. A Reforma trabalhista de Temer deixou os trabalhadores mais desprotegidos diante a exploração dos patrões. O atual governo militarista de Bolsonaro não fez senão seguir a mesma trilha.

É necessário que as bases exijam que seus sindicatos convoquem assembleias, façam greves e coloquem como pauta a retomada da Greve Geral, como foi em 28 de Abril de 2017, para derrubarem as reformas antioperárias.

Proletariado rural de Pernambuco mostra disposição de luta, apesar da CUT e CTB

Nos dias 23 e 24 de março, houve o 1º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Pernambuco (CETTAR – PE), organizado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (FETAEPPE). As temáticas em pauta se articulam com a tramitação da MP 873/2019, que enfraquece o financiamento dos sindicatos rurais, e a mudança, com a possível aprovação da Reforma da Previdência, para os trabalhadores rurais assalariados. O Congresso também reelegera a direção do sindicato.

Percebe-se que as reformas antinacionais e antipopulares são um duro ataque aos trabalhadores do campo e da cidade. As condições de vidas dessa massa de trabalhadores encontram-se cada vez mais precarizadas. A diária de um cortador de cana é de R\$ 33,87 para o corte de três toneladas. É possível verificar a movimentação dos trabalhadores assalariados do agronegócio que pressionam, ou acontecem por fora, do sindicalismo rural, dirigidos em sua maioria pelo PT e PCdoB. Incêndio de canaviais em ações espontâneas no município de Vicência (Mata Norte), em oposição a não contratação dos trabalhadores sazonais, aparecem como sintomas da situação.

O exemplo da greve de dezembro de 2018 mostra duas coisas importantes: a disposição de luta, e o freio das direções. Após treze anos sem nenhuma greve, em 02 de dezembro de 2018, os trabalhadores rurais assalariados de Pernambuco deflagraram uma forte greve, com a adesão de 80 mil cortadores de cana. O motivo era a rejeição à implementação da Reforma Trabalhista que, ao acabar com a remuneração das horas *in itinere* (o tempo de deslocamento de casa para o trabalho), levou a uma redução de cerca de 20% nos salários. A greve foi forte, houve disposição de luta, houve bloqueios nas rodovias, com barricadas de pneus em chamas.

A direção da FETAEPPE, porém, em quatro dias, já entre-

gou os pontos. Em uma audiência de conciliação na Justiça do Trabalho, em 06 de dezembro, provocada pelos Usineiros, trocou as horas *in itinere* pela promessa de cobrar horas extras. De resto, o acordo manteve outras cláusulas de convenções anteriores, o salário manteve-se miserável, passando de R\$ 970 para R\$ 1.010, e o valor da cesta básica, que era R\$ 45, passou para R\$ 50.

O balanço do presidente da FETAEPPE, Gilvan Antunes foi: *“Apesar de sabermos o que isso representa de perda no salário da categoria, tivemos que seguir o encaminhamento do Judiciário, porém, temos certeza que fazer a greve foi fundamental, pois, tivemos uma grande adesão dos trabalhadores, que mostraram que estão dispostos a lutar por seus direitos e a paralisar suas atividades, quantas vezes forem necessárias, o que muita gente duvidava”*. CTB e CUT ainda anunciaram o fim da greve como uma vitória pela manutenção das cláusulas de menor importância.

A mesma tendência vem se desenvolvendo desde 2017, quando, em fevereiro, pouco antes da greve geral, 100 mil trabalhadores rurais da hortifruticultura entraram em greve no Sertão, na região do Vale do São Francisco, que compreende parte de Pernambuco e da Bahia. Estava em pauta justamente a retirada do pagamento das horas extras, a ser substituída pelo banco de horas, do pagamento das horas *in itinere*. É válido citar que parte dessas terras são controladas por capital estrangeiro, como a empresa chinesa Shimabukuro.

É um crime das direções não unificarem e potenciarem as ações da classe operária pela revogação da reforma trabalhista e contra a aprovação da Reforma da Previdência. O proletariado rural tem uma grande importância pela possibilidade de ligar o programa proletário às necessidades dos camponeses. Enquanto a classe não forjar uma direção revolucionária, continuará a amargar com a exploração dos usineiros, dos latifundiários e as traições da burocracia sindical.

Dia Nacional de Lutas

Os trabalhadores querem lutar!

Mostramos abaixo os relatos da mobilização nacional de 22 de março. O POR atuou com suas bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos. Colocou-se a derrubada integral da reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes, pelos métodos próprios da classe operária. Levantou a bandeira da convocação imediata da greve geral para pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares.

Natal

O ato em Natal contou com cerca de 6.500 pessoas. Iniciou em frente ao INSS, e seguiu em direção à Praça dos Três Poderes, onde se encontra a sede prefeitura, do TJRN e da ALRN. Durante o percurso, foram feitas as intervenções dos sindicatos, centrais e partidos. Ainda está ausente a classe operária e os trabalhadores do comércio e serviços, que serão brutalmente afetados. Daí a importância de organizar a greve geral, parando a produção, comércio e serviços.

A manifestação, não só pelo número de pessoas, mas pelo estado de ânimo das massas, só confirmou que há disposição de luta nas bases e um sentimento de greve geral, que só não consegue se expressar plenamente em virtude do entrave das burocracias sindicais, que relutam em fazer um chamado firme à uma greve geral e à constituição dos comitês de frente única.

A intervenção do POR, na construção do dia 22, incluiu participação na mesa de debates sobre a reforma da Previdência, como na regional do SINTE/CM e no SINTE estadual. No dia 22, o POR esteve na porta da fábrica Guararapes, distribuindo o Manifesto e denunciando a reforma. Em Ceará-Mirim, pela manhã, o POR atuou no ato contra o prefeito, que tenta aumentar a alíquota previdenciária para 14%. No ato das centrais, o POR interveio levantando, também, a bandeira de “Não pagamento da Dívida Pública”. No final do ato, usou da palavra para a defesa da greve geral e da necessidade da constituição de uma Frente Única Anti-imperialista e Anticapitalista.

Mossoró/RN

As direções sindicais não mobilizaram suas bases em Mossoró/RN para o dia nacional de lutas. A participação ficou a cargo dos trabalhadores, individualmente. No Sinai, sindicato que faz parte do Fórum do funcionalismo estadual, não houve a paralisação das atividades, e uma pequena parte de sua direção esteve presente no ato. Na Aduern, sindicato dos docentes universitários, a direção sequer colocou em discussão na assembleia realizada dias antes do ato. Cada professor decidiu se participava ou não. O Sinte, que reúne a categoria municipal, que estava em greve, a direção fez uma convocação geral, mas a presença foi pequena. Assim, o ato foi de vanguarda. Não porque não existe disposição de luta, mas sim por que não há esforço por parte das direções sindicais, boa parte atrelada ao calendário de votação da reforma no Congresso Nacional. A direção do Sindipetro local paralisou a Base 34 pela manhã, mas deixou os terceirizados trabalhando. Os terceirizados compõem cerca de 80% da força de trabalho da empresa.

O POR atuou no ato. Distribuiu o Manifesto nacional, que defende uma greve geral que paralise a produção, com mobilização pela base, e votação de um plano de luta com as reivindicações mais sentidas dos explorados para ser conquistada através da ação direta.

Pernambuco

O Dia Nacional contou com protestos em várias cidades. O ato na capital reuniu 20 mil pessoas. As direções sindicais estavam à frente na marcha, seguidas pelo carro de som de onde ecoava a rejeição à reforma de Bolsonaro. Nas falas das direções e centrais, o tom era do combate pela via jurídico-parlamentar e a ameaça aos parlamentares por meio do voto (“Se votar, não volta”). O ex-presidente da CUT, Carlos Veras, agora deputado federal mandou um porta-voz para dizer que está em Brasília “lutando” para modificar tal projeto de emenda constitucional. Como sabemos, PT, PCdoB, PSB, PDT fizeram uma frente para rejeitar este projeto de reforma e apresentar outro no lugar. Obviamente, não está em questão nenhuma ampliação de direitos. Na fala das maiores centrais, pouco se falava da construção da Greve Geral, bandeira mais presente nas falas da CSP-Conlutas e sindicatos dirigidos pelo PSTU. MST e MTST não contaram com blocos no ato.

O POR atuou com banca na concentração, venda de jornais, distribuição de seu manifesto e, na marcha, levantou suas bandeiras chamando a greve geral e fazendo agitação no megafone.

Fortaleza/CE

O Dia Nacional contou com cerca de 15 mil pessoas. O local marcado para a saída do ato (Praça da Imprensa, na zona nobre), distante dos bairros operários e defronte a sede da afiliada da TV Globo no estado, já deixava evidente o caráter ordeiro e de pura pressão parlamentar que predominaria na atividade. Não faltaram nem mesmo os defensores da ida dos manifestantes à Assembleia Legislativa, ao invés de marcharem até a sede do INSS, como previsto. O ato teve uma maciça presença de professores das redes estadual e municipal, além do funcionalismo. Estudantes, trabalhadores dos correios, autônomos, desempregados, secundaristas, bancários, trabalhadores do setor de serviços, sem tetos, etc. estiveram em menor número. A presença de uma coluna de operários da construção civil foi importante para demarcar a presença da classe operária no enfrentamento à reforma da previdência.

A CUT/PT e seus aliados colocaram-se contrários à reforma da Previdência, mas sem defender a greve geral. Ao contrário, se colocaram em barrar a destruição da aposentadoria pela via da pressão sobre os parlamentares. A burocracia sindical tratou de alimentar as ilusões dos explorados de que até mesmo deputados bolsonaristas podem, arrependidos com o governo, votar contra a Reforma, e da necessidade de buscar seu apoio. Como se vê, a pressão sobre o parlamento é o cerne da tática empregada pelo reformismo traidor. A bandeira de greve geral, dessa forma, comparece apenas como um blefe.

O POR interveio erguendo suas bandeiras e faixas e entoando suas palavras de ordem. Levantou a consigna de “erguer os comi-

tês de combate à reforma por locais de trabalho, estudo e moradia” e de “abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes”.

Rondônia

No dia 22, o Sintero, juntamente com outros sindicatos, convocou um debate sobre a reforma da Previdência. Segundo a burocracia, o objetivo era o de promover a união e levar informação sobre os principais pontos da proposta de Jair Bolsonaro. Contou com expositores vinculados ao MST, Frente Brasil Popular, Via Campesina e um advogado, Claudinei Lúcio S. dos Santos. Como de costume, a direção reformista do sindicato convidou parlamentares, que discursaram contra a reforma. Durante a plenária, disseram que farão audiência pública na Assembleia Legislativa, e que terão reuniões com deputados e senadores do estado e com o ex-ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. O debate acabou esvaziando o ato, marcado para o final da tarde.

A intervenção do POR ocorreu a partir da distribuição de seu manifesto nacional contra a reforma da Previdência e por meio de intervenções no debate e no ato.

São Paulo

No dia 22, cerca de 70 mil trabalhadores ocuparam a Av. Paulista. Os professores fizeram uma gigantesca marcha da Praça da República até o local da manifestação. No ato, só entrevistaram as

Bolsonaro e Doria avançam contra as condições de vida dos funcionários de escolas. O que faz a AFUSE?

No dia 22 de março, aconteceu o ato contra a reforma da Previdência convocado pelas centrais sindicais. No mesmo dia, a AFUSE convocou a reunião de Representantes de escolas, mas não convocou o ato contra a reforma da Previdência. Assim, a participação dos funcionários no ato das centrais ficou a critério do próprio funcionário. Duas justificativas foram dadas pela direção reacionária. A primeira, que devia cumprir o calendário de abono de ponto; a segunda, que não há na proposta de Bolsonaro nada de concreto que modifique imediatamente a nossa Previdência. Vale lembrar que AFUSE, há vinte anos, não convoca uma assembleia geral. É comum a diretoria tomar as decisões sozinha. Por outro lado, a despolitização dos funcionários acaba permitindo que a política da direção do sindicato seja imposta, sem reação da base. Aí está nossa tarefa: constituir uma oposição classista e de luta.

A crise econômica e política tem avançado na retirada de direitos. A burguesia e seus governos cortaram e cortam recursos da educação, impuseram a terceirização, criam a ilusão de que é preciso militarizar as escolas, para que haja segurança, e planejam a criação de cargos de segurança, treinados militarmente, para controlar os estudantes e os trabalhadores da educação. O governo militarista de Bolsonaro cumpre a decisão do capital financeiro de impor uma dura reforma da Previdência, atacando violentamente os direitos do funcionalismo. Como se vê, os governos têm, como solução à crise, a destruição de conquistas, demissões, militarização e precarização das condições de trabalho.

O que fez a direção do sindicato? A direção da AFUSE aguardava uma reunião com o Secretário Rossieli Soares, em 26/03. Nas reuniões de representantes, apresentou um plano de reivindicações que levaria para o secretário. Na realidade, foi implorar ao

direções sindicais, que, na realidade, eram o PT, PCdoB, PSOL, PSTU e outros partidos, vinculados à burocracia sindical da Força Sindical e aliados.

O POR interveio na assembleia de professores, de onde partiu a marcha. Defendeu que o dia 26 de abril fosse convocado pela CNTE o dia nacional de paralisação da educação, e que as centrais organizassem a greve geral para esse dia. Lembrou da greve geral de 28 de abril de 2017, e ressaltou a importância do 1º de maio unificado e de combate às reformas de Bolsonaro. No entanto, o ato repetiu o Dia Nacional de 20 de fevereiro: muito discurso e nenhuma ação de organização da greve geral.

Caraguatatuba/SP

Na UTGCA (Petrobras), em Caraguatatuba, o Sindipetro/LP fez a sua tradicional “atrasadinha”, como parte do Dia Nacional de Lutas, chamado pelas Centrais e sindicatos. O ato contou apenas com a presença dos trabalhadores efetivos, já que o sindicato dos terceirizados, SINTRICON (PT), não esteve presente. Os diretores do Sindipetro fizeram falas contrárias à reforma da Previdência de Bolsonaro e às medidas de privatização da Petrobrás.

O POR atuou distribuindo seu manifesto e o boletim Nossa Classe, com falas em defesa da ação direta, combatendo a política de ilusão na justiça e o parlamento. Ressaltou a tarefa de organizar a classe operária para a greve geral.

Secretário o pagamento das “promoções, progressões”, etc. Ainda mais, a direção apresentou uma proposta emergencial de um plano de paz nas escolas, depois dos acontecimentos de Suzano, acreditando que Doria fosse dar ouvidos. Enfim, usou de manobras para boicotar o chamado de unidade das centrais.

Organizar uma oposição classista e de luta

O sindicato tem como objetivo a defesa da força de trabalho. No entanto, a Afuse, há anos, vem sendo dirigida pela política do reformismo petista, de conciliação de classe. Assim, o que presenciamos é um sindicato passivo, atrelado ao estado e com dirigentes acovardados. Mas, a direção coloca a culpa pelo seu imobilismo nos funcionários. A nossa tarefa é organizar uma oposição classista, no campo da independência de classe, com democracia sindical, para recuperar o sindicato para a luta. As reivindicações de defesa dos salários, empregos e direitos devem ser o ponto de partida para a mobilização, e para a constituição de uma vanguarda disposta a pôr em pé uma oposição classista.

IV Congresso Regional na Macrorregião de Franco da Rocha

O IV Congresso Regional de abril acontece nesse contexto de profundos ataques às massas. Desde o ano passado, vêm ocorrendo os Congressos Regionais. A única função é filtrar a participação dos funcionários de escolas no Congresso Estadual, que acontece de três em três anos. Agora ocorrerá o IV Congresso Regional da Macrorregião de Franco da Rocha. É preciso que os funcionários rejeitem as posições colaboracionistas e imobilistas da direção e defendam a unidade com os explorados em geral para derrubar as reformas antinacionais e antipopulares dos governos.

Nota da Corrente Proletária na Educação sobre o Comitê Resistência LITORAL NORTE-SP

Em dezembro de 2018, foi constituído, na subsele sindical APEOESP Caraguatatuba, um Comitê contra a Reforma da Previdência. O Comitê conta com a presença de conselheiros e Representantes de Escola da APEOESP, membros do Fórum Sindical, constituído na região em 2016, e professores do Sindserv de São Sebastião. Nas duas primeiras reuniões de dezembro, estabeleceram como tarefa do Comitê a ideia de organizar mobilizações, não só contra a Reforma da Previdência, bem como contra a Reforma Trabalhista, a Lei de Terceirização e a Reforma do Ensino Médio, associada à “nova” BNCC privatista. Na terceira reunião, no dia 09/02, foi deliberado um ato na praça central da cidade de Caraguatatuba, que se realizou no dia 16/03.

Apesar de contar com uma maioria que é oposição à direção sindical burocrática, o Comitê carrega os traços conciliadores do reformismo, como, por exemplo, o nome.

Nós, da Corrente Proletária na Educação, debatemos a necessidade de se resgatarem os Comitês contra as Reformas, constituídos em 2017, mas tal posição foi rebatida pelo coordenador burocrata do subsele. Apesar do nome, a bandeira central do Comitê é a de *contra a Reforma da Previdência*. Em decorrência dos encontros, o debate com a oposição de professores à direção burocrática regional se tem organizado, inclusive contatos e simpatizantes se aproximaram dos cursos e grupos de estudo constituídos na região pela Corrente Proletária na Educação, contribuindo para a organização de um grupo que consiga se mobilizar contra os ataques desse governo policial-militar, de tendências fascizantes, e arrastar essa direção burocrática sindical a se movimentar.

O ato no dia 16/03 teve em média 30 pessoas, a maioria pro-

fessores (dos quatro municípios do Litoral Norte - SP) entre eles, estaduais e municipais, além de estudantes, professores desempregados, um portuário e um petroleiro. As falas foram ao encontro da defesa dos trabalhadores, da juventude, e dos explorados no geral, mostrando que as Reformas que vêm sendo impostas no último período são as consequências da crise estrutural de superprodução do capitalismo, que descarrega nas costas de quem já não pode mais suportar esse estado de opressão e de destruição do sistema em decomposição. A necessidade da construção da greve geral foi colocada como a única medida capaz de por abaixo as Reformas, que não devemos nos deixar levar pelo desvio da pressão parlamentar e judiciária. A oposição

O desafio da Corrente Proletária, dentro do Comitê Resistência-LN, é transformar o Comitê em um organizador da greve geral

burguesa eleita pelo voto não será capaz de barrar as medidas, e servirá de trava à organização dos explorados. Após o ato, foi realizada uma assembleia regional, que votou pela construção imediata da greve geral.

O desafio da Corrente Proletária na Educação, dentro do Comitê Resistência-LN, é colocar as bandeiras de *abaixo* todas as reformas destrutivas do capitalismo putrefato, de transformar o Comitê em um organizador da greve geral, encampando outras ações de atos e panfletagens. Seguiremos participando, chamando para ações regionais, estaduais e nacionais, tal como a do dia 22/03, dia de luta nacional contra a Reforma da Previdência. Abaixo, segue o boletim distribuído no ato. O próximo encontro do Comitê ficou marcado para o dia 28/03.

Boletim Comitê Resistência LN-SP

Contra a reforma da Previdência. Contra a nova BNCC privatista. Abaixo a reforma trabalhista e a tercerização. Pela garantia dos direitos e das liberdades democráticas

Nos últimos anos, vimos uma crise se acentuar no País. Uma crise econômica e política. Os governos têm respondido com medidas destrutivas e repressivas, descarregando os efeitos dessa crise nas costas dos trabalhadores e da juventude. As reformas e as leis aprovadas levaram ao aumento do desemprego e da violência.

A Reforma Trabalhista destruiu a CLT, retirou direitos, e permite que os patrões explorem ainda mais. A Lei que permite a ampla terceirização concede ao setor privado pagar salários rebaixados, sem nenhuma estabilidade de emprego. A Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2016, avançará com as alterações propostas na “Nova BNCC”, que prevê 40% do ensino médio à distância, aumentando o fechamento de salas, principalmente no noturno, sem levar em consideração as condições precárias nas quais vive grande parte da juventude.

Este ano, com a constituição de um novo governo, avança

no congresso nacional a aprovação da Reforma da Previdência, que atingirá diretamente toda a população. A medida é para ampliar o tempo de trabalho e a idade mínima para se aposentar. A justificativa é a de que existe um rombo no fundo previdenciário, enquanto a arrecadação previdenciária é gigantesca. Na prática, o dinheiro dos fundos públicos tem servido ao pagamento dos juros da dívida pública, contraída por empresas privadas, com a ajuda de parlamentares.

Diante dos ataques, nós, professores (estado, município e do setor privado), diferentes categorias de trabalho no litoral norte, desempregados e juventude temos a tarefa de nos unirmos para construir a luta, e enfrentar essas medidas, que retiram direitos, geram desemprego, fecham universidades e escolas, e aumentam a criminalidade. Devemos construir um comitê de luta, para organizar ações coletivas, como a greve geral, exigindo que os governos retirem as reformas que servem aos empresários e patrões.

A crise política poderá inviabilizar a aprovação da Reforma da Previdência?

Passados três meses de governo, a população assiste estarecida até onde chega o nível da crise política, característica explícita da decomposição capitalista. Bolsonaro e sua ala mais medíocre insiste em não se deixar levar pelo que denomina de “velha política”, ao mesmo tempo em que espalha todo tipo de reacionarismo contra os explorados no âmbito das redes sociais, onde vigora sua base social igualmente reacionária. O tripé de sustentação de seu governo – obscurantismo religioso, ultraliberalismo e militarização – está em conflito com o Congresso e, ao que parece, com setores de sua própria base. Os parlamentares reclamam da falta de diálogo do executivo. Reivindicam maior atenção do governo às pautas que lhes são específicas. É sintomática a declaração de independência da bancada evangélica, em resposta ao comportamento alheio de Bolsonaro ao Legislativo, e a independência de parlamentares do PSL, partido do próprio Bolsonaro.

Como forma de recado a Bolsonaro, o Congresso aprovou, quase que por unanimidade, a PEC do Orçamento Impositivo, que obriga o governo a executar todos os gastos previstos no Orçamento, o que diminui os poderes do executivo no manejo

Tal situação coloca a vanguarda lutadora diante das questões: a crise política poderá inviabilizar a aprovação da reforma da Previdência? Qual a posição dos explorados diante de tamanha desagregação da democracia burguesa?

Não há que vacilar em nenhum momento. Bolsonaro está comprometido dos pés à cabeça com o imperialismo. Tem de responder atacando a maioria explorada. Tem de aprovar a reforma da Previdência. Por cima das disputas interburguesas, a burguesia imperialista determina, em última instância, as medidas antinacionais e antipopulares, como as entregas da Embraer à Boeing, e da base de Alcântara, além da lista de privatizações e desnacionalizações. Não obstante, a medida mais esperada pelo capital financeiro é a reforma da Previdência. Tais ataques ameaçam, de conjunto, a economia nacional, agravando a desindustrialização e o desemprego, e aumentando a miséria e a fome das massas.

Há que se entender que a disputa no seio do Estado burguês é um campo estranho ao do proletariado. O parlamento expressa os interesses particulares de cada fração da burguesia nacional, os quais podem vir a conflitar, circunstancialmente,

com os interesses gerais da burguesia, e, principalmente, com os de sua fração predominante imperialista. As investidas de Bolsonaro contra o Parlamento sinalizam as tendências bonapartistas do governo abertamente pró-imperialista, que tende a governar por cima das frações políticas

A vanguarda em luta contra os ataques não pode ser levada pela ilusão de que o governo não tem capacidade para levar adiante as atrocidades contra os explorados e que, por isso, basta pressionar os deputados nos aeroportos para que não votem a favor da reforma da Previdência.

orçamentário. Vale lembrar que o congresso já havia mandado outro recado ao governo, quando derrubou o decreto que ampliava o sigilo de informações públicas. Há uma possibilidade, também, de o Senado revogar os vistos a americanos, australianos, japoneses e canadenses. Somado a isso, o governo já enfrenta diminuição de popularidade, além de crises intestinas no Ministério da Educação, bem como dificuldades de levar ao plenário o pacote “anti-crime” de Moro; tudo isso contribui para gerar uma sensação de que o governo é fraco e que, portanto, não conseguirá aprovar a reforma da Previdência, ou que esta será desidratada. Inclusive, há setores que falam na possibilidade de se colocar em pauta a proposta de reforma do governo Temer, que seria mais palatável ao parlamento, mas que mesmo assim também seria enxugada.

Não bastasse tudo isso, o recente atrito entre o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e Bolsonaro, acerca da responsabilidade da condução da reforma, aumentou a preocupação da burguesia imperialista, que reagiu à crise com turbulências na Bolsa de Valores e alta do dólar. Imediatamente, tanto Maia quanto Bolsonaro se comprometeram a parar os atritos. Em seguida, o PSL anunciou que fechou questão favoravelmente à reforma, e Guedes se reuniu com Maia para firmar compromisso com a aprovação da PEC. Isso nada mais é do que expressão do caráter da burguesia nacional de sócia menor da burguesia imperialista. A crise política é alimentada pela crise econômica, que direciona o rumo da política burguesa.

burguesas, se apoiando na cúpula militar, na medida em que as divergências interburguesas venham a ameaçar o andamento das reformas. A trégua entre Maia e Bolsonaro, assim que foram pressionados pelo capital financeiro, revela que o impasse poderá ser circunstancial. Retoma-se o entendimento geral de colocar a PEC 6/19 em votação. De uma forma ou de outra, a reforma da Previdência tende a ser imposta aos explorados, e no interesse do capital financeiro, seja por métodos autoritários, seja pelo funcionamento normal da democracia parlamentar em uma versão mais “desidratada”.

A vanguarda em luta contra os ataques não pode ser levada pela ilusão de que o governo não tem capacidade para levar adiante as atrocidades contra os explorados e que, por isso, basta pressionar os deputados nos aeroportos para que não votem a favor da reforma da Previdência. É esse o comportamento das Centrais Sindicais, que desperdiçam e postergam a organização das massas para um combate nacional em defesa da vida dos explorados e pela independência nacional do Brasil. Cabe aproveitar esse momento favorável de crise interburguesa para organizar imediatamente um movimento nacional em defesa das condições de vida das massas. Somente a independência de classe, com os métodos próprios da classe operária, pode romper com a política colaboracionista e de pressão parlamentar das direções sindicais, e levantar a luta consequente contra os ataques, que culmine com a greve geral e a organização de uma frente única anti-imperialista e anticapitalista.

Governadores do NE lançam carta aberta à população

Em carta aberta, de 14 de março, reunidos no Fórum dos Governadores do Nordeste, os chefes dos executivos estaduais, de filiação partidária ao PT, PCdoB ou PSB, com exceção do vice-governador José Luciano (MDB), do estado de Alagoas, manifestaram-se contra as desvinculações de receitas, contra o porte de arma, em defesa da CHESF, Sudene e créditos do Banco do Nordeste, além de anunciarem a criação de um Consórcio para integrar ações de segurança pública e licitações. Com relação à Reforma da Previdência, entendem que é “um debate necessário para o Brasil”, e se posicionam demagogicamente “em defesa dos mais pobres”. Colocaram-se contra a desconstitucionalização das regras previdenciárias, e contra o regime de capitalização. Concluíram defendendo que “setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira.”

Essa posição é expressão da fração nordestina da burguesia nacional que, além de ser sócia menor da burguesia imperialista, – o que a faz reconhecer a necessidade da Reforma pró capital financeiro –, a sua condição de impotência e dependência com relação às verbas federais a leva a

se preocupar com a intensidade e aspectos específicos da Reforma, como o BPC, a aposentadoria rural e o regime de capitalização, que poderão levar a uma redução de verbas sob controle dos governos estaduais e prefeituras, passando-as para as mãos dos bancos e seguradoras, além de provocar a bancarrota de economias locais, que dependem em boa parte das verbas previdenciárias. Tal divergência ocorre nos limites da política econômica e pela institucionalidade burguesa. Portanto, não significa uma resistência contra o capital financeiro, mas apenas uma divergência no seio da classe dominante, em torno da distribuição da mais-valia nacional. “Chamar” o capital financeiro “a contribuir” é expressão da impotência da burguesia nordestina, frente às ingerências da burguesia imperialista na política econômica nacional.

Portanto, o PT e o PCdoB, no comando dos governos estaduais e em aliança com setores da burguesia nordestina, não farão frente ao governo abertamente pró-imperialista de Bolsonaro. Os explorados devem ter ciência que a verdadeira resistência contra a Reforma da Previdência e demais ataques está na organização independente e nos seus próprios métodos de luta (ação direta).

Cresce a militarização das escolas: é hora dos explorados responderem

No jornal Massas 582, elaboramos uma nota sobre o avançado processo de militarização das escolas no Brasil. Neste artigo, apontamos a necessidade de vincular o processo de militarização das escolas públicas com a política geral do governo Bolsonaro e, mais ainda, com o processo de militarização da política dos últimos anos. No Massas 583, diante da demonstração da barbárie com o massacre em Suzano, mostramos a nossa resposta a tamanha insanidade.

No período de menos de um mês, a militarização da política, da educação e das escolas deu passos largos. Seja no aumento no número de militares no governo Bolsonaro, seja na violência direta da polícia nas escolas, seja nos planos do ministério da educação, de ampliar as escolas militarizadas. Vejamos alguns casos, em São Paulo:

1) Na zona norte de São Paulo, um PM, ressentido com o fato de um adolescente tê-lo chamado de “coxinha”, entra na escola e na sala de aula com arma em punho para pegar o estudante; 2) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), a polícia armada entrou, no dia 28 de março, para efetuar a prisão de um estudante; 3) o governador João Doria implantou uma espécie de linha direta das escolas estaduais e ETECs com a PM; 4) no dia 3 de abril, dirigentes das diretorias de ensino de Suzano e Ferraz de Vasconcelos se reuniram com o comando da polícia militar para receber orientações de segurança das escolas. Entre as orientações, estão: mudança de postura na segurança por parte dos alunos, pro-

fessores e demais funcionários, ampliar a proximidade entre polícia e escola, incentivar os alunos a denunciarem qualquer comportamento antissocial, instalação de câmeras de monitoramento, fechar a escola cerca de 5 minutos após a entrada dos alunos, instituir crachá, separar alunos e funcionários.

Em outros estados:

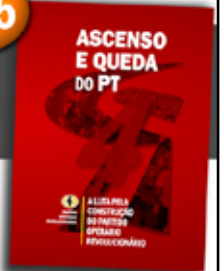
1) No Rio Grande do Sul, o capitão Macedo, do PSL, apresentou um projeto de ampliação das escolas militares no estado. Segundo ele, as escolas com esse formato garantem mais disciplina e melhoram o aprendizado dos estudantes; 2) foi realizado, no dia 9 de abril, o primeiro Simpósio das Escolas Públicas Cívico-Militares na Câmara dos Deputados. O objetivo é ampliar esse modelo de escola no país; 2) o ministro da educação, Ricardo Veléz, se reuniu com o coronel Tadeu, também do PSL, para discutir a implementação das escolas militares em São Paulo. Veléz também se reuniu com o prefeito de Su-

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



zano, Rodrigo Ashiuchi, no final de março, para falar sobre a militarização das escolas da cidade, especificamente; 3) o MEC liberou, também em março, 10 milhões de reais, para a implantação de 36 escolas militares no DF ainda este ano. O plano é somar com as 4 já existentes e fechar o ano com 40 escolas militarizadas na capital do país; 4) o governo Bolsonaro ampliou a casta militar no governo e colocou como número 2 no MEC o General Francisco Mamede de Brito Filho. Ele vai coordenar o INEP, responsável, entre outras coisas, pelo Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

Como podemos perceber, o avanço das escolas militares no Brasil, que já tinha sido impulsionado por Bolsonaro desde o seu primeiro dia de mandato, ganhou um novo patamar neste último período. Não cabe mais ficarmos nos prendendo aos detalhes do funcionamento dessas escolas, a máscara de melhoria da disciplina e do aprendizado é tão falsa como uma nota de três reais. De fato, a entrada da polícia militar nas es-

colas não passa de repressão e violência reacionária contra os mais pobres. Devemos ver de conjunto o avanço da militarização da política e o cerceamento das organizações responsáveis por organizar a luta e a resistência, como os grêmios, diretórios acadêmicos, sindicatos etc.

A juventude e os trabalhadores da educação precisam urgentemente se levantar numa luta unitária com outros setores. Novamente, a tática da ocupação das escolas está posta. Os grêmios precisam debater o assunto com o conjunto dos estudantes, os CAs e DCEs devem convocar assembleias para organizar a luta nas universidades. Por outro lado, os professores devem pressionar os sindicatos para que chamem assembleias para discutir o tema da militarização e tirem ações concretas, greves, comitês de defesa e mobilizações massivas. É fundamental que a juventude e os trabalhadores da educação se apoiem na classe operária e demais explorados para barrar a militarização das escolas e da política como um todo.

USP: Prisão de estudante na FFLCH – Fora a polícia da universidade!

Em 28 de março, um estudante do curso de Letras foi preso. A detenção ocorreu dentro da sala de aula, e foi executada por aproximadamente vinte agentes da polícia civil. Até o momento, a identificação desse estudante não foi divulgada.

Os policiais desconhecaram a autoridade do vice-diretor e dos professores em salas de aula e adentraram o ambiente de ensino com sua parafernália repressiva e intimidatória. Há relatos de docentes e estudantes que passaram mal por conta da ação policial.

É evidente que a investida policial teve como objetivo espezinhar a já raquítica autonomia universitária. E não por que estivessem bem armados, ou com armas de campo, ou tivessem agido com “excesso”. Independente de qualquer coisa, sua entrada na universidade e em salas de aula é autoritária e intimidatória.

É evidente que a investida policial teve como objetivo espezinhar a já raquítica autonomia universitária. E não por que estivessem bem armados, ou com armas de campo, ou tivessem agido com “excesso”. Independente de qualquer coisa, sua entrada na universidade e em salas de aula é autoritária e intimidatória.

Reafirmamos a mobilização estudantil de 2011, com ocupação da Administração da FFLCH, da Reitoria, e greve estudantil pelo “FORA PM e fim de todos os processos contra estudantes e funcionários”, que durou desde o 27 de outubro daquele ano até a 1ª semana de aulas em 2012. A universidade não é lugar de polícia, braço armado do Estado. E repetimos o grito das periferias, que reivindicam o FIM DA PM.

A entrada policial na FFLCH/USP se deu supostamente como parte de uma operação nacional

O detido é um dos 63 em todo o estado de São Paulo, suspeitos de envolvimento em crimes de abuso e exploração sexual, contra crianças e adolescentes na internet. A operação foi coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que, nesse mesmo dia, atuou nos 26 estados e no Distrito Federal,

preendendo ao menos 137 suspeitos em flagrante, além de ter cumprido 266 mandados de busca e apreensão de conteúdos digitais. Ao todo, foram 1.500 policiais que integraram a quarta fase da operação, batizada de “luz na infância”. Nas três primeiras etapas dessa operação, foram detidas 405 pessoas. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a identificação dos suspeitos foi feita pelo Laboratório de Inteligência Cibernética da Secretaria de Operações Integradas, orientado pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, por meio da Adidância da Polícia de Imigração e Alfândega, em Brasília. As informações foram repassadas à polícia civil, que, após instaurar inquérito policial, solicitou ao Poder Judiciário a expedição de mandados de busca e apreensão.

Essa ação suscitou imediata reação da diretoria da faculdade, que se posicionou contra a operação, pelo excesso de força empregada, e pela quebra da autonomia universitária. Na sequência, a reitor cobrou esclarecimentos do Secretário de Segurança Pública, alegando que a ação policial se deu sem a autorização da autoridade universitária competente. Afirmou que o combate ao crime deveria dar-se mediante o respeito à autonomia universitária, descumprida,

ao não se apresentar o mandado judicial de prisão ao vice-diretor da unidade, a quem os policiais procuraram previamente, nesse mesmo dia, e nem mesmo à professora, cuja aula foi interrompida pelos policiais, sem prévia autorização.

Certamente, o conteúdo do reclamo da burocracia universitária de quebra de autonomia visa à proteção de seus interesses particulares de casta governante da USP. No entanto, devemos apontar que a causa da quebra da autonomia não está nos excessos de força. Também não está na omissão em apresentar o mandado de prisão. Esses elementos intensificam a violação da autonomia, mas, a razão principal está na entrada em si da polícia na universidade, pois, configura ingerência do Estado na universidade.

A defesa democrática da autonomia universitária remonta um período histórico em que a burguesia reivindicava ensino livre das forças do Estado e da Igreja, que são, na sua essência,

órgãos repressivos e opressivos. Essa reivindicação foi distorcida, à medida que a própria burguesia não pode mais garantir a liberdade de ensino, uma vez que os interesses em mercantilizar a educação obrigam cada vez mais o Estado a intervir diretamente no ensino. Resta assim, transfigurar a autonomia universitária à mera reivindicação de autonomia de gestão financeira.

A verdade é que no Brasil nunca houve autonomia universitária. Diante de uma burguesia incipiente, a educação sempre esteve nas mãos da Igreja, e, atualmente, cresce o domínio do capital financeiro sobre a educação, configurando grandes monopólios no setor.

Na universidade pública, o avanço da mercantilização e privatização do ensino não se deu à margem da burocracia universitária, mas, ao contrário, ela se tornou parte ativa desse processo. A casta burocrática é um agente do Estado burguês em sua política de destruição do ensino público em favor do privado. Basta ver o avanço bilionário das fundações privadas no interior das universidades públicas, cujos proprietários são os próprios docentes que compõem essa casta. Basta ver o avanço de cursos de extensão pagos. Basta ver cursos de pós-graduação pagos. E, mais recentemente, a ameaça de cobrança de mensalidade na graduação.

É dessa forma que a cobrança de autonomia por parte da diretoria da FFLCH e da reitoria é nada mais que uma queixa senil, porque se sentiram ofendidos com a brutalidade dos policiais. Porque se sentiram menosprezados, já que foram acionados pelos agentes, que não se deram ao trabalho de comunicá-los da gravidade do problema, e agiram sem o seu consentimento. Para essa casta, o problema não está na presença da polícia no campus, o problema é que foi desconhecida a autoridade que gere a universidade.

Se houve quebra de autonomia universitária, ela não se deu agora, em 28 de março de 2019. Ela se deu em 2011, pelas próprias mãos da burocracia, que assinou um convênio com a Polícia Militar, permitindo que ela se tornasse parte integrante da universidade, com suas bases militares e rondas ostensivas. A presença da PM no campus é, em si, a concessão para a entrada de qualquer outro destacamento armado do Estado. Assim, se houve abuso de poder, excessos ou desacatos a autoridades locais, em última instância, é a reitoria a mais responsável.

Pedofilia: manifestação da barbárie capitalista

A defesa que fazemos da autonomia universitária não se confunde com a defesa de práticas de abuso sexual infantil. Tais ações são inaceitáveis, mas é preciso entender suas origens para compreender qual é a solução.

A entrada da polícia no campus não resolverá o problema de pedofilia ou de abusos sexuais de outra natureza, que há dentro e fora da universidade. Basta ver que a PM ronda a USP livremente desde 2011, mas os casos de estupros e outras agressões só aumentam, assim como aumentam na sociedade como um todo. O Brasil é o quinto país, numa escala mundial, em casos de assassinato

de mulher e, contraditoriamente, também é o país com uma das melhores leis de proteção à mulher. Os fatos vêm mostrando que a maior repressão não tem estancado, nem mesmo reduzido a violência.

No caso particular da produção de materiais sexuais como um todo (vídeos e fotos), que certamente alimenta, e é alimentada, pela exploração sexual de menores, mulheres e homossexuais, é parte de todo um mercado altamente lucrativo, que percorre os subterrâneos da ilegalidade, do contrabando, do tráfico. A pornografia é uma mercadoria. É uma propriedade em posse de agrupamentos gangsteris da classe dominante, que os produz e distribui, por meio de copinchas, criminosos de menor estatura, como os presos na semana passada. Os donos do negócio permanecem impunes, sequer são investigados. Querer acabar com a exploração sexual, deve-se antes de tudo querer acabar com o próprio capitalismo, pondo fim à propriedade privada dos meios de produção.

A sociedade capitalista se decompõe, e, com ela, igualmente se decompõem as relações sociais. Aquele que explora sexualmente uma criança, ou que compra mercadoria com esse conteúdo, expressa nada mais que essa profunda decomposição social, que afeta os comportamentos, cultura, educação, etc. A solução para esse problema não está na justiça burguesa, isso porque é a própria burguesia a responsável pela exploração e por todas as formas de opressão. A superação desse quadro decomposto e a libertação de todos os explorados e oprimidos virá tão somente da revolução proletária.

Nada de confiar no Estado, aparato repressivo da classe dominante, para a defesa de nossas necessidades. Levantar as reivindicações que se opõem à instauração da barbárie social, e defendê-las por meio da ação direta das massas, com independência de classe, vinculando-as à luta pelo socialismo, essa é a tarefa colocada.

Que o DCE convoque com urgência uma Assembleia Geral dos estudantes para responder à altura a entrada da polícia no Campus!

Por uma verdadeira autonomia universitária! Fim de todo destacamento armado do Estado burguês!

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$5

A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pôs-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

Balanço da greve da USP 2018

POR | Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**



Assembleia dos servidores do IFSP

Dois pontos se destacaram na assembleia, de 28 de março, dos servidores do IFSP. A imposição da reitoria em obrigar que os cursos (médio, técnico e superior) sejam reformulados nos próximos 2 anos, e a medida provisória de Bolsonaro (MP 873), que é um duro golpe na autonomia dos sindicatos e seus trabalhadores. No caso da medida provisória, o POR defendeu a autonomia sindical e organização coletiva. O sindicato tem a tarefa de convocar os trabalhadores e levantar um movimento que rejeite este intervencionismo de Bolsonaro no direito de organização e autonomia dos servidores. A pauta do currículo de referência tomou grande parte da assembleia, e mostrou a ingerência da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), que emitiu uma minuta, no dia 14 de março, com prazo para contribuições até o dia 26 do mesmo mês, onde traçava as diretrizes de organização dos currículos completos de todos os cursos (ensino médio, técnico e graduação), de todos os campi do IFSP (37 ao todo).

Diante da ingerência, do autoritarismo e da quebra da autonomia, o prazo absurdamente curto se torna o menos

importante. No ponto mais grave dessa minuta, a PRE determina que os currículos sejam reformulados, e que esses novos cursos sejam padronizados em (no mínimo) 70% do seu total. A padronização está ligada aos índices avaliativos externos, e abre as portas para o ensino a distância, e uma maior mercantilização da educação. Ainda vale dizer que está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio. Do ponto de vista dos professores, ganha destaque a quebra da autonomia docente na elaboração e execução dos currículos; do ponto de vista dos estudantes, chamamos a atenção para a formação ainda mais superficial, descolada da realidade, e sujeita aos índices externos de avaliação.

A assembleia votou corretamente pela rejeição integral da minuta, contudo, é preciso levantar um movimento unitário de estudantes, professores, funcionários e técnicos administrativos pela autonomia dos cursos. Para isso, é preciso convocar uma assembleia unitária com esses setores para organizar o movimento de resistência.

Ceará

Secundaristas iniciam a luta contra destruição do ensino

Estudantes secundaristas na região do Conjunto Esperança/Aracapé começaram a dar novos passos na luta por suas reivindicações. Na Escola Estadual de Ensino Profissionalizante (EEEP) Darcy Ribeiro, os estudantes, contrariando a vontade da autoritária diretora Elian Dias Gomes, realizaram, no dia 3 de abril, um ato de protesto na porta da escola, tida como modelo pelo Governo Camilo Santana (PT). A diretora foi acusada de agredir, durante o protesto, uma estudante que participou de um cordão de isolamento. A mesma acusação que recai sobre um dos vigilantes da escola, acusado de agredir outro aluno na manifestação. Os estudantes protestaram contra a deterioração física da escola que, a cada dia que passa, vai ficando mais visível, ao ponto de o teto ameaçar cair. As EEEPs, implantadas a partir de 2008, são apresentadas como a saída para a crise da educação, e figuraram como a 'jóia da coroa' da administração dos Ferreira Gomes.

O POR disse no passado e repete hoje (quando os fatos lhe dão razão), que no quadro geral de destruição do ensino e de profundos cortes no orçamento da educação – expressão da crise capitalista – as EEEPs seriam apenas erguidas para, logo depois, serem abandonadas à própria sorte, sem manutenção, etc. É precisamente o que se passa agora, e não apenas em uma, mas

em várias escolas. A gestão extremamente autoritária e o sucateamento da escola empurraram os estudantes, que até ontem estavam mergulhados na despolitização e no mais puro e mesquinho academicismo, para a luta.

Em outra escola do mesmo bairro, Adalgisa Bonfim Soares (Colégio ABS), a Corrente Proletária Secundarista impulsiona a formação de uma chapa para o grêmio estudantil, que tem como uma de suas bandeiras o rechaço à adesão ao Tempo Integral. Estudantes que “fugiram” da vizinha Escola Estadual Irapuan Cavalcante Pinheiro (há 2 anos transformada em ETI) para o Colégio ABS prometem engrossar a luta contra a transformação desta escola em ETI, como quer a SEDUC. No bairro, todas as escolas estão sendo convertidas em ETI, provocando a revolta latente dos estudantes, que são expulsos, uma vez que precisam, ou trabalhar, ou ajudar em casa, ou fazer cursos no contra turno. Em outro colégio, desta vez na Escola Municipal Jonatham da Rocha Alcoforado, alunos do 9º ano começam a se mobilizar para não terem que, no ano que vem, se matricularem numa escola-prisão, e prometem apoio à luta dos estudantes do ABS contra o Governo.

A Corrente Proletária Secundarista tem pela frente a tarefa de fundir o descontentamento dos estudantes em um movimento unificado, potencializar a organização de grêmios livres e elevar a juventude ao nível consciência de classe, o que só será possível pela construção da corrente estudantil secundarista. A desintegração das condições de ensino por todos os lugares, obriga a juventude a reagir. As organizações estudantis oficiais (a traidora UBES e outras máfias de carteirinhas) que se perfilam por detrás do governo Camilo, e são defensoras da ETIs e EEEPs estão mortas para esta luta estudantil. É preciso, portanto, potencializar uma fração revolucionária entre os secundaristas e apontar a perspectiva de uma entidade estadual independente e de luta.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

RESISTÊNCIA O PARTIDO NACIONAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A BASTARDAÇÃO

Pernambuco

Plenária da candidatura coletiva para a reitoria rejeita co-governo subordinado à assembleia geral universitária

Na UFPE, segue o processo de construção de uma candidatura coletiva. Na sexta-feira, dia 29 de março, houve uma primeira plenária para debater o programa. A discussão se deu em torno dos eixos conjuntura, concepção de programa e concepção de universidade.

Estavam presentes militantes do POR, PSOL, PCB e independentes. Houve acordo com a definição da conjuntura marcada por: a) governo Bolsonaro, com seu tripé militarista, obscurantista e ultraliberal; b) continuidade das medidas de cortes e mercantilização adotadas já por governos petistas e intensificadas após o golpe; c) na submissão da burocracia universitária a estas medidas. Incluímos na análise a caracterização da rejeição à via da conciliação de classes, que permanece sendo impulsionada pelo PT e PCdoB, apesar de os governos de Temer e Bolsonaro rejeitarem abertamente essa conciliação. Tal caminho leva a canalizar as lutas para o terreno jurídico-parlamentar. Esta caracterização foi aprovada.

Sobre a concepção de programa, demarcamos que não devemos idealizar as possibilidades da Universidade sob o capitalismo em decomposição. E não deveríamos reforçar ilusões por meio de promessas eleitorais. Consideramos que a plataforma em torno da qual nos agrupamos deve servir para impulsionar o movimento dos três segmentos contra o governo Bolsonaro.

Em relação à Universidade, ressaltamos que esta está assentada nas relações sociais capitalistas em sua fase imperialista (de decadência). Que as classes dominantes no país estão mais submetidas ao imperialismo. Afirmamos que a possibilidade de a Universidade contribuir com um processo de transformação, de fato, reside na capacidade de exercer sua autonomia perante a burguesia e seu Estado. O conteúdo desta autonomia é o auto-governo da comunidade Universitária, por isso Autonomia e uma real democracia estão interligadas.

A construção da chapa está se dando com co-candidatos estudantes e técnicos, há um acordo geral de que o poder deve ser exercido pelos três setores. Defendemos, porém, que a forma do governo tripartite é a de um co-governo subordinado à Assembleia Geral Universitária, com mandatos revogáveis e voto universal. Houve debate sobre a proposta. A negação mais frontal a este formato veio do PCB, alegando que o voto universal seria uma proposição liberal e que a paridade é o que garante um equilíbrio, afirmando que se os

estudantes tivessem um poder maior só decidiriam coisas em seu benefício. Mostramos que a paridade apenas reforma a atual concentração do poder em uma casta docente, mas não a elimina. E que os estudantes são a força mais dinâmica da Universidade, que têm maior possibilidade de se ligar com as reivindicações da classe operária. O que o professor temia, que tendo a maioria do poder os estudantes só legislariam em causa própria, é a realidade do atual poder na Universidade, exercido exclusivamente pela casta docente que reforça um servilismo dos técnicos e infantiliza dos estudantes. Um professor do PSOL explicitou que a divergência se dava em torno de qual seria o eixo do co-governo, e defendeu a centralidade do Conselho Universitário Paritário. Afirmou que defender a

paridade hoje já é revolucionário e que seria estruturante de um novo tipo de universidade. Opusemos a de democracia real à bandeira da democratização da Universidade.

Houve votação entre o co-governo subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto Universal e o co-governo com eixo na paridade. A votação foi de 4 a 6, vencendo a da paridade. Os presentes defenderam que as posições não aprovadas podem continuar a ser defendidas. Nos próximos encontros, será discutida a plataforma de proposições da chapa.

Avaliamos que a debilidade do movimento estudantil, há anos sem um DCE, a não continuidade de espaços organizativos comuns entre estudantes,

técnico-administrativos e professores dificulta que a candidatura expresse a defesa de uma real democracia como forma de afirmação da autonomia universitária. Porém, a construção da candidatura está se dando de forma democrática, o que nos permite seguir, em seu interior, defendendo um programa proletário para a educação.

Defendemos que a forma do governo tripartite é a de um co-governo subordinado à Assembleia Geral Universitária, com mandatos revogáveis e voto universal.

(...)

a paridade apenas reforma a atual concentração do poder em uma casta docente, mas não a elimina. E que os estudantes são a força mais dinâmica da Universidade, que têm maior possibilidade de se ligar com as reivindicações da classe operária.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$35

SOCIALISMO OU BARBARIE

REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Pernambuco / Balanço do Encontro Local dos Estudantes de Serviço Social

Nos dias 21 e 22 de março, foi realizado o Encontro Local dos Estudantes de Serviço Social (ELESS). O encontro teve temática de reconstruir o movimento em Pernambuco, frente à desarticulação que o estado enfrenta desde 2016. Houve boa presença dos estudantes, principalmente da UFPE, mas também de outras instituições, inclusive privadas.

A militância do POR atuou na organização e na elaboração de resoluções políticas. Os eixos temáticos das resoluções eram sobre Movimento Estudantil, Combate às Opressões e Ataques à Educação. Atuamos em cada GT. As outras correntes presentes no diretório acadêmico da UFPE, como a UJC/PCB e Correnteza/UP-PCR, não elaboraram resoluções e não atuaram abertamente com suas posições. A UJC atuou de forma dispersa.

No GT sobre Educação, o militante da Correnteza tentava sempre rebaixar as propostas apresentadas pelo POR, mas os presentes defenderam a manutenção. Diante disso, ainda houve uma manobra na plenária em que ele apresentou as propostas “resumidas” e retirou a bandeira do co-governo, subordinado à assembleia geral universitária, e passe livre para todos estudantes, enfrentando a rejeição de estudantes de base que estavam no GT e tendo de voltar atrás. Estudantes de escolas particulares se identificavam nas bandeiras levantadas de anistia das dívidas adquiridas com o FIES e expropriação das faculdades privadas sem indenização.

No GT de movimento estudantil, percebeu-se como a dinâmica das correntes está distante do estudante de base. Foram pedidos esclarecimentos sobre o que eram a UJS, UJC, Levante, etc. A questão da reconstrução gerou uma maior discussão, devido à não participação da ENESSO. Diante disso, aprovou-se: *“Exigir a volta da ENESSO na construção da UNE, e que, em casa instituição de ensino, que os/as estudantes de SS contribuam para reabrir ou desburocratizar os DCEs e entidades estudantis, como parte da tarefa de reconstrução da UNE pela base. Exigindo o restabelecimento da democracia na UNE, com base nas assembleias e os verdadeiros congressos de delegados, eleitos diretamente pelos estudantes”*.

No GT sobre Opressões, era consenso entre os participantes, exceto o militante do POR, que a via para combater as opressões deveria dar-se por meio de leis punitivas e através de ações culturais. Diante do debate, aprovou-se por ampla maioria as opressões têm sua raiz na divisão da sociedade em classes. A resolução de

que *“Que os próprios explorados criem tribunais populares para julgar os crimes da burguesia. Mais do que isso, que os latifundiários sejam expropriados, e garantida a terra para os povos indígenas, quilombolas e camponeses sem terra”*, entendida por nós como resposta à opressão no campo foi suprimida por entenderem que não cabia no tema do GT. Por fim, os debates foram levados mais para o lado das experiências pessoas acerca de preconceito, dificuldades de ser mulher ou LGBT, com poucos debates políticos.

No GT sobre conservadorismo, esteve presente a tendência de confundir a profissão do Serviço Social com uma militância, o que foi combatido pelos militantes do POR, chamando a atenção para a luta política de fato, o que na conjuntura se expressa com a luta contra o governo militarista, obscurantista e ultraliberal de Bolsonaro, unindo forças na construção da Greve Geral, contra a Reforma da Previdência.

Além das bandeiras já mencionadas acima, o POR defendeu: Garantir soberania das assembleias de curso; levantar a bandeira de revogação da EC 95; Reforma trabalhista, Reforma do Ensino Médio e BNCC e Lei da terceirização; contribuir com a construção da greve geral, realizando atividades, não apenas nos locais de estudo, mas também de moradia e trabalho; priorizar os métodos da classe operária, através da ação direta; exigir do Estado o financiamento integral da Educação; não ao pagamento da dívida pública; rechaçar a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e outras formas de privatização; combater a mercantilização e desnacionalização da educação, com a defesa da expropriação do sistema privado de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público; lutar para que o poder nas universidades seja exercido pelos três setores (estudantes, professores e técnico-administrativos) em um co-governo, subordinado às assembleias gerais universitárias; pela liberdade de ensino e expressão; abaixo a “Escola sem partido”; pelo acesso irrestrito a todos os níveis de ensino. Fim dos exames de ingresso; lutar por uma educação laica e científica.

O ELESS foi um passo importante para fortalecer o movimento estudantil. Despertou interesse em estudantes dos primeiros anos em atuar no D.A, que em breve terá eleições. Após a plenária, os estudantes foram para o ato contra a Reforma da Previdência, empunhando uma faixa produzida no encontro e colocando na prática a tarefa de derrotar o governo Bolsonaro e seus ataques.

Rondônia é o 4º estado do país em violência contra a mulher

No dia 19 de março, o Sintero, CUT e demais entidades realizaram uma manifestação, que reuniu centenas de manifestantes, contra a violência à mulher. O protesto foi motivado em função do assassinato bárbaro da professora Joselina Félix da Silva, 47 anos, morta a pauladas pelo ex-marido, no dia 16, em Candeias, próximo de Porto Velho.

A manifestação, que poderia servir para denunciar a opressão geral sobre a mulher, considerando como ponto de partida a submissão econômica geral que pesa sobre elas, acabou se limitando às denúncias sobre a precariedade dos órgãos responsáveis pelo atendimento às vítimas de violência, e de cobrança de mais “políticas públicas”. Em outras palavras, se apegou às particularidades e especificidades da violência sobre a mulher.

Rondônia é um estado com altos índices de crimes contra as mulheres. Nas estatísticas oficiais, é o 2º da região Norte e, do país, é o 4º.

A situação de atraso econômico, os preconceitos religiosos e a cultura patriarcal secular estão na base do atraso da região e, consequentemente, dos elevados índices de criminalidade.

Sabemos que a mulher é vítima da opressão econômica, religiosa e social. Sabemos que a raiz da violência que recai sobre a mulher, negro e homossexuais está no capitalismo em decomposição. Eis aí por que essa brutal violência não se resolve, e não se ameniza com medidas pontuais. Portanto, sem transformar a base econômica da sociedade, a violência continuará manifestando cada vez mais e com maior crueldade. No entanto, isso não quer dizer que não lutamos contra os assassinatos e a violência. Ao contrário, é nessa luta em defesa das reivindicações elementares da mulher, negros e homossexuais, que aproximamos do programa da classe operária de combate ao capitalismo e de emancipação geral dos oprimidos.

Nota do curso de formação política no Litoral Norte

No último domingo, 31 de março, a Corrente Proletária na Educação (CPE), realizou o curso de formação política. Os temas centrais foram: 1) a crise na Venezuela; 2) o balanço do dia 22/03, convocado pelas Centrais Sindicais contra a reforma da Previdência. Utilizamos como base uma matéria do último jornal do CERQUI, e o Manifesto do POR sobre o dia 22/03.

O curso começou lendo a matéria que expõe a crise na Venezuela. Os últimos acontecimentos, como foram as tentativas da oposição burguesa com a “ajuda humanitária”; a autoproclamação do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, e o seu reconhecimento pelo imperialismo, que foi seguido pelos governos lacaios da América Latina. Um dos pontos levantados foi por que o regime chavista não foi capaz de realizar a reforma agrária, mesmo o chavismo sendo a expressão mais radical do nacional-reformismo na América Latina. A resposta está em que o reformismo é incapaz de romper com o regime burguês. Sendo um defensor da grande propriedade dos meios de produção, é incapaz de executar a reforma agrária (tarefa democrática pendente). A tarefa de entregar as terras aos camponeses só será possível de se realizar no processo revolucionário. Uma bandeira democrática que apenas o proletariado, dirigindo a nação oprimida, cumprirá com a revolução social. Discutiu-se, tam-

bém, o esgotamento do ciclo de governos nacional-reformistas em nosso Continente e a ofensiva de governos francamente pró-imperialistas, direitistas.

A partir dos informes da participação no dia 22/03, discutiu-se o caráter eleito-reiro que o ato teve; a política das burocracias em não tirar uma data para construção da greve geral, e apostarem em abaixo-assinados e outras formas de pressão parlamentar, desviando o movimento da ação direta; a vinculação do calendário à tramitação da reforma no Congresso; e o não aproveitamento da disputa inter-burguesa entre o governo e o Congresso para

impulsionar o movimento.

O curso encerrou colocando a política operária diante da comemoração da data pelo governo Bolsonaro ao Golpe Militar de 1964, concluindo com a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”, fim da reforma trabalhista e da terceirização e pela defesa dos empregos. Exigindo das centrais sindicais que organizem a greve geral. Para abrir caminho na constituição de uma frente única anti-imperialista, baseada em assembleias e comitês de base. A classe operária e demais explorados vão marchar contra esse governo partindo dessa luta concreta.

Publicação do novo livro do POR

Temos a certeza de que o livro “Resposta Marxista às Opressões” servirá a luta dos explorados contra as discriminações sobre a mulher, o negro, o indígena e o homossexual. Em suas páginas, estão condensadas parte das experiências da luta pelo fim das opressões, e estabelecidos os fundamentos programáticos de superação de todas as formas de opressão de classe. Esperamos contribuir para os movimentos que procuram trilhar o caminho da revolução social.



Manifesto

31 de março de 2019

31 de março, 55 anos do Golpe militar. Abaixo o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro!

O passado ronda o presente. A declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que “Democracia só existe se as Forças Armadas quiserem” provocou um alvoroço. Agora, a decisão de celebrar o golpe de 1964, com uma “ordem do dia”, divulgada pelo ministério da Defesa, agitou ainda mais os meios políticos da própria burguesia. A ideia predominante na política burguesa, desde o fim da ditadura militar, era a de esquecer esse passado. A orientação era a de “reconciliar a nação”. Os 21 anos de ditadura militar deveriam servir apenas de interpretação histórica.

Ocorre que o golpe de 1964 resultou de uma divisão no interior da própria burguesia, da democracia e das Forças Armadas. Divisão essa alimentada e apoiada pelos Estados Unidos. A classe operária não contava com um partido revolucionário. O nacionalismo burguês e a política de conciliação de classes estavam esgotados diante da crise econômica e do avanço das lutas operárias e camponesas. O governo de João Goulart não conseguia ir à frente com as “reformas de base” e já não podia garantir a estabilidade política. Estabilidade que se rompia com o aprofundamento da divisão interburguesa e com o agravamento da luta de classes.

As Forças Armadas desfecharam o golpe de 31 de março de 1964 para restabelecer sua própria unidade e impor a centraliza-

ção autoritária do Estado. Os arquitetos do movimento contrarrevolucionário conseguiram evitar um choque armado e uma possível guerra civil. Os comandantes da conspiração assumiram o poder sem que houvesse resistência das forças nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas. Uma fração da classe média foi arregimentada pelos golpistas. A classe operária não tinha como reagir ao golpe devido à ausência do partido revolucionário e da organização independente. A relação de força no seio da política burguesa e entre as classes decidiu a favor de um golpe sem uma resistência à altura.

A Junta Militar não honrou o compromisso tácito de restabelecer a democracia nos anos seguintes ao golpe. Passou a governar por cima da burguesia e das instituições estatais. Por meio de Atos Institucionais, decretou o fim da democracia parlamentar e do denominado “Estado de Direito”. As forças nacionalistas derrotadas pagaram com dura perseguição, cassações, prisões, exílios e até mesmo assassinatos.

A ditadura militar, no entanto, não passou a governar sem que não houvesse contestação. O movimento estudantil se ergueu como principal opositor. É preciso lembrar o assassinato do secundarista Edson Luis, em 28 de março de 1968. Os estudantes

foram brutalmente golpeados pela polícia política e pelas Forças Armadas. O movimento camponês e o movimento operário não chegaram a dar um combate aberto ao novo regime. Mesmo assim, sofreram uma intervenção em suas organizações de massa e inúmeras lideranças foram presas, torturadas e assassinadas. Diante da resistência armada, constituída por organizações de esquerda, a ditadura aproveitou para ir às últimas consequências no totalitarismo. O balanço final da Comissão Nacional da Verdade foi de 423 pessoas mortas ou desaparecidas entre 1964 e 1985. Até há pouco tempo se escavava o cemitério de Perus/SP, para encontrar ossadas de militantes assassinados pelas forças da repressão.

O País viveu por duas décadas sob a condução das Forças Armadas. A burguesia nacional e o imperialismo se valeram do regime ditatorial para explorar a força de trabalho da maioria oprimida. As críticas à supressão do “Estado de Direito” não passaram de resistência passiva de setores da burguesia descontentes, entre eles a imprensa monopolista. A oposição consentida governou durante esse longo período como parte da ditadura militar. Ao “milagre econômico”, sobreveio a arrasadora crise econômica de meados dos anos de 1970. Momento em que a ditadura havia esmagado, por meio de torturas e assassinatos, o que restava da oposição ativa, proveniente de setores radicais da pequena burguesia. No entanto, no final dessa década, o regime militar se encontrava esgotado. Já não podia manter centralizadas as frações burguesas em disputa e contidas as tendências de luta dos explorados. O imperialismo, por sua vez, não mais admitia as diretrizes do nacionalismo militar. Era chegada a hora das Forças Armadas entregarem o poder aos partidos políticos da burguesia. A ditadura preparou o caminho da mudança com a “abertura lenta e gradual”. Decretam uma anistia, salvando a si própria de qualquer imputação sobre prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos. A oposição burguesa colaborou com esse plano. O último governo militar concluiu a transição entregando o governo a um presidente outorgado por um conselho de Estado. Um governo não eleito, que dirigiu o País de 1985 a 1989. A resposta do governo militar e do Congresso Nacional ao movimento democrático por eleições diretas foi de instituir uma ditadura civil encarregada de convocar as primeiras eleições diretas em 1989.

Em 2011, foi constituída a Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório final foi apresentado em 2014. As Forças Armadas condicionaram as investigações sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos à Lei da Anistia. O resultado é que as investigações não levaram nenhum torturador à prisão. Não se identificou a cadeia de comando da repressão sangüinária. Não se conseguiu acesso aos documentos que mostravam a bárbara fisionomia da ditadura militar. Os generais, tranquilamente, desapareceram com os arquivos comprometedores. Não houve capacidade do governo e das forças democráticas burguesas, que se dedicaram à Comissão da Verdade, de obrigarem os generais a entregarem os documentos históricos. A destruição de arquivos é uma demonstração concreta da ditadura ter ocultado os rastros indesejáveis de sua história. Tem todo o sentido a declaração de Bolsonaro de que a existência da democracia ou instalação de uma ditadura dependem das Forças Armadas. Isso porque são responsáveis, em última instância, pela estabilidade e funcionamento do Estado burguês. São responsáveis pela defesa da propriedade privada dos meios de produção. São guardiães, portanto, do capitalismo. Se a democracia burguesa já não consegue garantir a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e demais explorados, as Forças Armadas podem suprimi-la em defesa dessa mesma ditadura de classe e dos interesses gerais dos explorados.

Não há dúvida de que o golpe militar de 1964 se voltou contra

as massas, principalmente, contra a classe operária e a camponesa. A democracia burguesa funciona como instrumento institucional de controle dos explorados e de amortecedor da luta de classes. As divisões interburguesas em seu seio estão condicionadas a essas relações. A burguesia pode, perfeitamente, recorrer às Forças Armadas para salvar seus interesses. Da mesma forma, pode afastar as Forças Armadas da direção direta do Estado e recompor o regime democrático. O que a burguesia não pode é condenar as Forças Armadas pelo fato de terem encarnado uma ditadura sangrenta. Somente o proletariado organizado tem como atacar os fundamentos da ditadura de classe da burguesia e o lugar das Forças Armadas. Uma vez que essa tarefa não pôde ser realizada, os fundamentos de classe do regime militar permanecem intactos.

Acreditava-se que, com a experiência dos 21 anos de ditadura militar, com a retomada da democracia e com o estabelecimento de uma nova Constituição, o golpe de 1964 ficaria para trás, sendo apenas motivo de interpretação histórica. Acreditava-se, também, que, com os feitos da Comissão da Verdade, se passariam a limpo as responsabilidades das Forças Armadas e da polícia política. Era como se dissipasse um pesadelo. A eleição do ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro, fez com que a sombra da ditadura rondasse a presente democracia. Desta vez, por meio de eleições, se constituiu um governo identificado com o golpe de 1964 e com as realizações da ditadura militar. Não surpreende que Bolsonaro tenha montado seu governo recheado de militares. Não surpreende que os militares, galgados ao governo, tenham se colocado diante do dia 31 de março como defensores do golpe de 1964. Não surpreende, portanto, que queiram dar uma versão oficial resplandecente ao papel das Forças Armadas como guardiães do Estado, seja sob o regime democrático ou ditatorial.

O governo militarista de Bolsonaro não se constituiu por obra do acaso. Tem como precedente o golpe institucional de 2016, que derrubou o governo constitucional. E também a ditadura civil de Temer, que preparou o caminho para a eleição de Bolsonaro e a constituição de um governo ultradireitista, francamente pró-imperialista e obscurantista. O mais importante, porém, é que tem como antecedente a falência do governo democrático burguês do PT. É bom lembrar que em 1964 houve primeiro a tentativa de um golpe parlamentar. O seu fracasso levou ao golpe militar. Em 2016, a burguesia estava mais bem preparada para derrubar um governo eleito, sem precisar recorrer ao golpe militar. No entanto, o impeachment do governo constitucional abriu caminho para os generais voltarem ao centro do poder do Estado. Está aí por que Temer e Bolsonaro se ocuparam de reestruturar a polícia política e os instrumentos de repressão, anteriormente organizados sob os governos militares.

É preciso conter a marcha da militarização do País. É preciso derrotar as tendências direitistas e fascizantes que retomaram a direção do Estado. Mas não será alimentando as ilusões na democracia burguesa que essa tarefa será cumprida. É preciso organizar as forças da classe operária, dos camponeses e das camadas pobres da classe média sob o programa da revolução proletária. Certamente, há passos que devem ser dados nesse sentido.

Essa manifestação contrária à comemoração do golpe militar de 1964 tem de levantar alto a bandeira de “Abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes”, fim da reforma trabalhista e da terceirização e pela defesa dos empregos. Essa manifestação deve exigir das centrais sindicais que organizem a greve geral. Tem de abrir caminho para a constituição de uma frente única anti-imperialista, baseada em assembleias e comitês de base. A classe operária e demais explorados vão marchar contra esse governo partindo dessa luta concreta.

Nesta edição:

- **Argentina:** 43 anos do golpe genocida ordenado pela burguesia e os Estados Unidos como parte do Plano Condor.
- **Venezuela:** Nova ofensiva imperialista.
- **Europa:** Agravamento das contradições políticas e dos antagonismos sociais.
- 10 anos do falecimento de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia
- *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Argentina

24 de março: 43 anos do golpe genocida ordenado pela burguesia e os Estados Unidos como parte do Plano Condor

Por trás do golpe, estiveram os Macri, Roggio, Rocca, Bulgheroni, a Sociedade Rural, os banqueiros, etc. O golpe foi abençoado pela hierarquia da igreja. Executado pelas Forças Armadas com a cumplicidade dos principais partidos políticos, e de boa parte da burocracia sindical.

Macri repetiu várias vezes, no seu discurso de 1º de março, que era um presidente eleito pela maioria, provavelmente para convencer de que seu governo não é a ditadura, e que aquela votação lhe autorizava a aplicar uma política absolutamente antinacional e antioperária.

É importante enfatizar o tempo todo a natureza de classe daquele golpe. Quem ordenou e quem se beneficiou. E quem foram seus cúmplices, não podemos esquecer.

Aqueles que tinham o poder antes e depois do golpe são os mesmos que o detêm diretamente hoje. E o tiveram o tempo todo, ainda que sob as formas de governo que melhor os acobertavam. Nem os latifundiários, nem as multinacionais, nem os setores mais poderosos da burguesia nacional perderam o poder, muito pelo contrário, fortaleceram-se, cresceram e se concentraram.

Desde o começo, caracterizamos Macri como a expressão civil daquela ditadura “cívico militar”, devido aos setores da burguesia que representa. Mas, também pelo programa idêntico ao que Martínez de Hoz quis impor. Chega inclusive a ter funcionários e assessores que eram da ditadura. Macri fez tudo que pôde para tirar da cadeia os genocidas presos, e voltou a defender a doutrina dos demônios e do negacionismo. Paralisou também os processos de investigação em curso, principalmente o enriquecimento de empresas e funcionários sob a ditadura.

Assim como a ditadura, Macri também endividou rapidamente o país em níveis insustentáveis e colocou-se sob as ordens diretas do FMI. Já antes do golpe, em 1975, Celestino Rodrigo havia tentado as mesmas medidas.

O golpe teve o objetivo de destruir as organizações políticas e sociais das massas, a sua vanguarda. Para isso assassinou, torturou, desapareceu, encarcerou e exilou milhares de pessoas. E tudo isso não começou em 24 de março de 1976, começou antes, com a triple A.

Macri ataca violentamente as liberdades democráticas: pretende impor a “doutrina Chocobar” do gatilho fácil, processou os lutadores, tenta ilegalizar, intervir e perseguir os sindicatos e todos aqueles que não se disciplinam sindicalmente. Assassinou Rafael Nahuel e Santiago Maldonado. Extraditou Jonaes Huala em um

processo fraudulento ao Chile. Quis impor o 2 x 1 para os genocidas (considera em dobro os anos de prisão preventiva antes da condenação). Desferiu uma feroz repressão contra as grandes mobilizações, processando lutadores, jornalistas, etc. Infiltrou com agentes nas marchas, etc. Utiliza o judiciário para inventar processos contra Daniel Ruiz, Milagro Sala e outros dirigentes sociais.

Se não conseguiu avançar no seu objetivo de se constituir numa ditadura civil foi porque as massas o impediram. Não pôde deter as mobilizações nem as greves gerais. Teve de retroceder nas reformas, que pretendia impor, pelo receio à grande resistência contra a reforma da Previdência. Mas, avançou no controle da justiça burguesa e a colocou para perseguir opositores e garantir a impunidade aos seus próprios crimes.

O governo se ofende, quando é comparado com a ditadura, mas é muito parecido. É que, na essência, democracia e ditadura são expressões da ditadura de classe da burguesia. Mudam as formas, mas a dominação de classe se mantém. E mais, sob a democracia burguesa, se fizeram os ataques mais terríveis contra os direitos dos trabalhadores e contra a nação. O maior processo de saque e entrega ocorreu sob a democracia, e nenhum governo reverteu as reformas feitas pela ditadura e pelo governo de Menem. As leis da ditadura continuam vigentes. Os serviços de inteligência não foram desmontados. E, lembremos que até Milani e Berni foram colocados à frente das forças repressivas, sob o kirchnerismo.

Não defendemos a democracia burguesa como o faz toda a confraria de ideólogos que ocupam os meios de comunicação, os politiquinhos e todos os que em nome da defesa dessa democracia garantem a governabilidade de Macri, para que chegue às eleições atropelando com tudo.

Para derrotar os planos daquela ditadura e os do Macri devemos liquidar as bases materiais do regime: liquidar a oligarquia latifundiária expropriando-a, nacionalizando todas as terras; romper com o FMI e desconhecer toda a dívida externa; recuperar todas as empresas privatizadas, expropriando-as; recuperar todos os recursos naturais, o petróleo, a mineração, os lagos e rios; expropriar todo o sistema financeiro, organizando um único sistema bancário. Somente se acabarmos com o poder dessa minoria que nos oprime, se libertarmos a nação do imperialismo, e se deixarmos de ser uma colônia, poderemos dizer que vingamos nossos pais, irmãos, filhos torturados, perseguidos e assassinados por

aquela ditadura e por todas as ditaduras, e todos os crimes perpetrados contra a classe operária e os oprimidos ao longo da história. Poderemos dizer que foi feito justiça.

Não deixemos que nos mintam dizendo que a justiça se consegue votando, com leis ou com outra Constituição. Não aceitemos que queiram nos convencer que são necessários mais deputados para consegui-lo. Nenhuma confiança nas instituições do regime, que é irreformável.

O caminho é a ação direta das massas, a mobilização, os piquetes, a greve, os levantes populares, a insurreição e a revolução social. E como faremos? Mediante a organização independente das massas, construindo a direção revolucionária, livrando-nos

dos traidores burocratas, dos politiqueiros, lutando pelas reivindicações mais elementares, vinculando-as com a necessidade de liquidar esta sociedade apodrecida, que nos afunda na barbárie. O capitalismo não tem saída, nem na Argentina, nem em lugar algum do mundo, a não ser destruindo as condições de vida e trabalho das massas. Nem ditaduras militares, nem democracia burguesa, nem sob o neoliberalismo, nem sob o anti-neoliberalismo, nem sob nacional-reformismo, é possível resolver os problemas das massas pela raiz. Não há nenhuma via alternativa ou intermediária ao socialismo. Socialismo ou barbárie capitalista!

(Extraído do *Jornal Massas*,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Venezuela / NOVA OFENSIVA IMPERIALISTA

Em 1º de abril, os Estados Unidos recrudesceram ainda mais a guerra econômica para criar as condições que favoreçam a derrocada de Maduro. Começaram a vigorar os bloqueios às transações venezuelanas na venda de petróleo no exterior, as vendas por cartão de crédito, e as transações financeiras operadas por bancos venezuelanos.

Apesar do fracasso de 23 de fevereiro, o imperialismo não desistiu de seu principal objetivo: pôr à disposição dos monopólios norte-americanos os gigantescos recursos petrolíferos venezuelanos. Basta ler as declarações do assessor econômico do presidente Trump, Larry Kudlow, para se notar quais são os verdadeiros “interesses humanitários” do imperialismo. Kudlow disse que, logo após a queda de Maduro, a Venezuela seria dolarizada. A entrada de dólares seria garantida pelos bancos, bem como a venda de produtos, serviços e “*outras formas inteligentes de levar dinheiro*”.

A entrega do poder a Guaidó tem por objetivo submeter a Venezuela ao comando do imperialismo. O títere se encarregaria de viabilizar o plano orquestrado de fora para dentro do país. Não por acaso, Kudlow informou que inúmeras conversas foram feitas com Guaidó, para instrumentalizar esse plano. O problema reside em que Guaidó não conseguiu criar para o golpismo uma base social suficiente. O que dificulta deslocar um setor da oficialidade das Forças Armadas para os objetivos de Trump.

Outro problema para aplicar esse plano reside em que estatais

russas e chinesas detêm o controle sobre considerável parte da indústria de extração e refino de petróleo na Venezuela. Uma violenta mudança do governo resultaria, assim, na expulsão desses países de suas posições econômicas. Eis por que a Rússia acaba de deslocar militares e modernos sistemas de defesa antiaérea para a Venezuela. A burocracia restauracionista russa está decidida, por enquanto, a defender seus interesses. De forma que, se o golpismo ou o intervencionismo se configurar, o país poderia se transformar no cenário de agudas e violentas convulsões internacionais.

A única saída ao impasse colocado está na expropriação e estatização, sem indenização, das indústrias, dos bancos e latifúndios. O nacional-reformismo está impossibilitado de fazê-lo. Deita suas raízes de classe na grande propriedade privada dos meios de produção. Por outro lado, a fidelidade da alta cúpula das Forças Armadas ao governo de Maduro reside também na defesa desse pilar, sobre o qual paira todo o parasitismo da casta militar.

É o proletariado a única classe capaz de realizar essas medidas de defesa da autodeterminação nacional. A classe operária é a única força social capaz de pôr em pé uma verdadeira frente única anti-imperialista, na base do armamento das massas. Somente a revolução e ditadura proletárias, instaurando o governo operário e camponês, é via segura para impor ao imperialismo a independência e a soberania da nação oprimida. A vanguarda proletária venezuelana está diante da urgente tarefa de pôr em pé o partido revolucionário.

Europa / Agravamento das contradições políticas e dos antagonismos sociais

O nacional-chauvinismo espalha-se pela União Europeia (UE). Com maior ou menor extensão e em diferentes graus de desenvolvimento, o continente apresenta os mesmos sintomas políticos e sociais. As eleições, realizadas em diversos países do continente, e as tendências eleitorais dominantes, refletem essa tendência mais geral.

Na França, o partido *Agrupamento Nacional* (ex *Frente Nacional*) comparece com 23% da preferência eleitoral. Conta com o apoio de uma fração do movimento dos “*Coletes Amarelos*”. Na Polônia, o partido *Lei e Justiça* (PiS) é o favorito nas próximas eleições. Na Alemanha, a *FdP* (partido nacionalista de ultradireita) conquistou a maioria em vários parlamentos e prefeituras estaduais. Na Holanda, a ultradireita, liderada por Thierry Baudet, do *Fórum pela Democracia*, venceu as eleições regionais, e chega ao Senado com 12 assentos. Na Espanha, a rejeição do Parlamento à proposta orçamentária de Sánchez (PSOE, socialistas) para 2019 levou à convocatória de eleições antecipadas, em 28 de abril. Enquanto os socia-

listas se desagregam, crescem Vox e Cidadãos, partidos defensores da ditadura franquista, e se realiza uma ofensiva judicial contra lideranças da Catalunha por “sedição” e “separatismo”. Na Grécia e na Estônia, ganham força os movimentos fascizantes diante do desespero da pequena burguesia arruinada, e dos crescentes conflitos nacionais e étnicos. Na Itália, o governo liderado pela *Liga do Norte* e do *Movimento 5 Estrelas* (M5E), que se apresentaram como inimigos da “velha política”, começou a aplicar as mesmas receitas que os “velhos partidos” da ordem: “anistia fiscal” às empresas, privatizações, redução de gastos sociais, reforma da Previdência e trabalhista, inclusive propõe pagar salários com “vouchers”. Tais ajustes objetivam “garantir” o pagamento dos títulos da dívida pública.

Na Ucrânia, está por se realizar o segundo turno das eleições, entre Petro Poroshenko, atual presidente, e o comediante Volodymyr Zelensky, favorito das pesquisas. Apresenta-se como fi-

gura da “anti-política” e inimigo da corrupção, na que afundou Poroshenko, membro da oligarquia surgida da ex burocracia estatelinista. Na base desse fenômeno eleitoral, se acha a grave crise econômica e política, que mergulhou o país na miséria e no desemprego, que destruiu grande parte da base industrial conquistada no passado, e que sangra a economia com os gigantescos gastos de guerra contra os separatistas pró-russos do Leste ucraniano. O problema está em que a rejeição ao pró-imperialista e vendilhão Poroshenko, diante da ausência da direção proletária, capaz de retomar os elos da luta revolucionária do passado, favoreceu as saídas democrático-burguesas, e elevou politicamente Zelensky, um bufão da fração da oligarquia descontente com Poroshenko.

Essas tendências nacionais, rapidamente, acabaram se manifestando no seio do Parlamento Europeu. O grupo “*Europa das Nações e da Liberdade*” (ENF), com mais de 30 partidos de extrema direita, segundo pesquisas, conquistará, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, 67 assentos (hoje tem 34) do total de 705. O “*Partido Popular Europeu*” (EPP), coligação da *União Democrata-Cristã* (CDU) alemã e do *Partido Popular Espanhol*, poderá perder 43 cadeiras (passando de 218 para 175). A “*Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas*” (S&D), liderada pelo *Partido Socialdemocrata da Alemanha* (SPD), perderia 45 deputados (caindo de 186 para 141). O grupo “*Verdes/Aliança Livre Europeia*”, aliança de reformistas e “ambientalistas”, poderia perder 8. Apenas os liberais e socialistas, da “*Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa*” (Alde), que conta com mais de 50 siglas partidárias, poderia ganhar 33 novos assentos, passando a contar com cem deputados.

O importante desses fatos está em que demonstram que o nacional-chauvinismo, que compunha uma pequena minoria na Europa há cinco anos atrás, hoje constituíram governos e formaram frações parlamentares decisivas em países de enorme peso no continente (Áustria, Polônia, Itália e Hungria). Passaram, também, a crescer exponencialmente nas potências imperialistas dominantes (Alemanha e França) e nos países de importância estratégica para os equilíbrios internos à União Europeia (Espanha, Estônia, Eslováquia, Ucrânia e outros). Em outras palavras, os partidos nacional-chauvinistas adquiriram um peso político decisivo para definir os rumos das medidas de governo e das políticas mundiais. Evidentemente, nos Estados Unidos, a eleição de Trump e, na América Latina, a ascensão do governo militarizante e fascista de Bolsonaro são expressões dessa tendência geral.

É nessas condições que os “atos antisemitas” na UE cresceram 74% entre 2017 e 2018. Chamou a atenção o fato de uma significativa fração dos “Coletes Amarelos”, que paralisaram a França, adotasse a fraseologia típicas do nazifascismo sobre o avanço do “domínio dos judeus” e da oligarquia financeira sobre a economia nacional do país. O mesmo se passa com o avanço da militarização e blindagem das fronteiras contra o fluxo de imigrantes. Parcelas cada vez mais amplas das populações assinalam a imigração como fonte de parasitismo social, e recrudescem os ataques xenófobos aos centros de refugiados por toda a Europa.

A base social dessas tendências chauvinistas e xenófobas são as camadas da pequena burguesia e os setores da classe operária, que viram suas condições de vida serem destruídas. Ocorre que o capitalismo monopolista já não mais comporta a possibilidade de conceder reformas às massas. Também não mais consegue equacionar os choques interimperialistas pela via de “acordos pacíficos”. No caso particular da Europa, refletem especialmente

o completo fracasso da tentativa de unir o continente sob os ditames das oligarquias financeiras e dos monopólios nacionais. É nessas condições que ganham projeção as tendências fascizantes, que expressam o acirramento das tendências centrípetas e o agravamento dos choques interburgueses pelos mercados. Eis por que, finalmente, a decomposição dos antigos partidos da ordem burguesa (socialdemocratas e liberais), e a crescente ascensão do nacional-chauvinismo, com suas formas e ritmos particulares, se manifestam com o percurso de desagregação das superestruturas político-ideológicas, sobre as quais se firma a União Europeia.

O que não significa obscurecer que a ascensão eleitoral da ultradireita também reflete – ainda que deformadamente – o profundo rechaço de amplas camadas das massas oprimidas à submissão dos governos aos ditames do capital financeiro mundial, e que acabou se manifestando com o desemprego, precarização trabalhista, queda dos salários e destruição de direitos. Se bem que as manifestações de um sentimento “anti-europeu” entre as massas estão presentes, expressam um choque com o regime burguês e as relações de propriedade privada dos meios de produção vigentes. Diferem-se das manifestações “anti-europeias” dos partidos da ultradireita. Mas, estando ausente a direção revolucionária, baseada na estratégia proletária, e diante da permanência das ilusões democráticas, esses partidos conseguem bloquear a evolução política revolucionária das massas, e se servem de seu apoio eleitoral para favorecer os interesses particulares de cada burguesia nacional.

Na base desse convulsivo processo, acha-se o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, assim como entre essas e as relações capitalistas de produção, fundadas nos monopólios. O livre desenvolvimento das forças produtivas e a elevação da vida material das massas já não são possíveis na fase última do imperialismo. No fundo, é o que explica a reversão da tendência de unificação da Europa e a desagregação da democracia burguesa, comprometida pelo avanço as tendências nacional-chauvinistas.

Está aí explicado por que não é possível derrotar as tendências fascizantes, chauvinistas e xenófobas no quadro das instituições burguesas e da democracia formal. É precisamente em seu seio que ganha força o nacional-chauvinismo de feição fascizante, e cujo conteúdo de classe é o de serem instrumentos do grande capital monopolista, que está obrigado a atacar a vida das massas exploradas e oprimidas, a sangue e fogo. As massas, se permanecerem no campo das ilusões democráticas e subordinadas às instituições políticas da burguesia, não vão barrar a brutal ofensiva do imperialismo contrária a suas condições de vida, nem quebrar as suas manifestações políticas mais reacionárias e bárbaras, a exemplo do nacional-chauvinismo fascizante e xenófobo.

Não se trata de tomar essas condições em linha reta. Nem ocultar a gravidade do momento. O agravamento das condições de existência dos explorados potencia a luta de classes em seu favor. Chocam-se, tanto com o reformismo impotente, quanto com a direita fascizante, que disputam sua direção e o poder do Estado. Essa contradição expõe a profundidade da crise de direção revolucionária, e a tarefa urgente de a vanguarda superá-la, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista. Trata-se de a vanguarda retomar o programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e encarnar na luta o Programa de Transição da IV Internacional. Está na ordem dos acontecimentos a luta sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

10 anos do falecimento de Guillermo Lora

Como parte de nossa campanha dos 10 anos de falecimento de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, publicamos o seu escrito sobre as Obras Completas. No momento que escreveu, em outubro de 1996, a edição havia che-

gado a 25 volumes. O plano era de 50 volumes. Chegou a 67 volumes. Confirmamos, por nossa própria experiência, a importância dos escritos de Guillermo Lora. Trata-se de um trabalho à altura dos grandes marxistas, que dedicaram a vida à revolução. A influ-

ência de suas formulações sobre o nosso desenvolvimento e a manutenção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional têm nos permitido trabalhar no seio das massas com a linha proletária e pela superação da crise de direção revolucionária.

Por que o revolucionário bolchevique é publicista?

Justificativa das “Obras Completas”

Intellectual acadêmico ou revolucionário profissional?

É nossa obrigação explicar, justificar, a tarefa grandiosa que vem realizando-se ao reunir o material – na possível totalidade do que foi elaborado ao longo da luta em que participamos – tão diretamente vinculado à elaboração da teoria e do programa trotskista boliviano. Para nós, o Partido Operário Revolucionário, seção boliviana do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, é, sobretudo, um partido-programa, que se concretiza em sua forma organizativa, no seu objetivo estratégico e nos métodos de luta, na tática, voltados a contribuir para a sua materialização.

A extraordinária energia aplicada na elaboração, impressão, difusão, etc., dos mais de cinquenta volumes das “Obras Completas”, cada um deles com mais de quinhentas páginas, obriga a uma justificativa convincente. Vivemos, atuamos, em meio a uma situação revolucionária, que tende a se aprofundar. Essa realidade empurra os marxista-leninista-trotskistas a concentrarem suas energias e colocá-las na luta que conduz os explorados e oprimidos a sepultar o capitalismo putrefato, e a pôr em pé a ditadura do proletariado. Tudo o que faz o revolucionário profissional está destinado a contribuir à materialização desse objetivo estratégico, que é a justificativa de sua existência e de suas atividades.

Para os marxista-leninista-trotskistas, assim o POR se qualifica, a política é a luta irreconciliável, ou melhor, a guerra entre o proletariado e a burguesia, que se concretiza na criação teórica, programática, que, em sua essência, comporta a revelação das leis do desenvolvimento e transformação da sociedade, que é a essência das ciências sociais, enfim, do materialismo histórico. Em síntese, é por isso que o bolchevique, o revolucionário profissional, se forma como instrumento consciente das leis da História.

Por tudo isso, o político revolucionário marxista é o pólo oposto e excludente do politiquês burguês, reformista, revisionista, democratizante, colaboracionista, burocrata sindical, enfim, serviços da classe dominante, do oficialismo. O politiquês procura, basicamente, colar-se, por todos os meios, por todas as brechas, ao poder (tornando-se vereador, deputado, vice-presidente llunk’u, etc.), para ter liberdade ao seu carrerismo social, à politicagem, aos interesses econômicos, enfim, para roubar, negociar e tirar proveito da influência do narcotráfico. Inevitavelmente, o politiquês é um bicho repugnante, de couro de anta, impostor, sem vergonha e charlatão.

O politiquês é laia da burguesia em decomposição, faz parte do excremento, no qual se afunda a classe dominante incapaz e corrupta. Há que ser embotado para prender os olhos a tanta podridão pestilenta.

Seguindo Trotsky, o revolucionário, diremos que o bolchevique, o revolucionário profissional, em oposição ao politiquês arrivista, é um punhado de nervos tensos ao extremo, e apontando obsessivamente para o objetivo, a revolução e a ditadura do proletariado. E um possesso, no sentido figurado, que persegue apaixonadamente a vitória dos explorados e oprimidos.

Retrato do bolchevique: incansável lutador que ostenta um pseudônimo – isto é, sem nome paternal, próprio – sem domicílio conhecido e fixo, sempre sem impedimentos. Mas, totalmente integrado ao proletariado, encarnação da luta sem trégua para conquistar o comunismo.

O marxista-leninista-trotskista se forma no crisol da ação transformadora da realidade social, o que permite conhecê-la. Sua atividade diária – que tem muito da dureza do trabalho – permite conhecer e realizar o trabalho partidário no seio das massas em transformação. Aí se encontra a fonte da teoria. Para ele, não há divisão entre o trabalho manual e intelectual. O Partido Operário Revolucionário não conhece separação, especialização, entre atividades teórica e prática; o revolucionário as funde todos os dias. Por isso, é produto da fusão entre teoria e prática. A elaboração teórica se traduz no combatente revolucionário, que é, ao mesmo tempo, e por necessidade da atividade militante, um publicista.

Organizador das massas, combatente que empunha o fuzil, conspirador que maneja a pena

O marxista-leninista-trotskista não é acadêmico, não anda carregado de diplomas universitários, para o elegante burguesinho aparece como um autodidata grosseiro, talvez torpe, expressão da incultura.

O revolucionário se apodera do marxismo, alta expressão do pensamento humano, que se torna seu instrumento, o método que utiliza na luta para a transformação da sociedade. Em seu empenho de transformar o País em que atua, se vê obrigado a conhecê-lo profundamente, conhecimento que leva às classes sociais e à mecânica existente entre elas.

O marxista se distingue porque sua aprendizagem do materialismo histórico se realiza no seio das massas exploradas e oprimidas, juntamente com estas no empenho de assimilar a teoria revolucionária. Ao executar a tarefa de politizar as massas, no empenho de transformá-las, de instintivas em conscientes, o militante assimila o marxismo e aprende a expressar politicamente as tendências elementares dos explorados e oprimidos, o que pressupõe exercitar o manejo do método do materialismo histórico.

Sabemos que a revolução social será feita pela nação oprimida contra o domínio imperialista, sempre que conte com a direção política do proletariado, de seu partido político, do POR. Daí se depreende que o militante bolchevique aprende a organizar, politizar e mobilizar as massas. Esta prática lhe permite formar-se devidamente como porista.

O exposto é somente um aspecto, uma faceta do marxismo-leninismo-trotskismo, pois é, além disso, um conspirador contra a ordem social imperante, contra o ordenamento jurídico (a Constituição) imperante, contra a autoridade “legal”. A subversão abre o caminho insurrecional, que exige que a luta política fale a linguagem dos fuzis. Nesse momento, coloca-se o armamento das massas e a urgência de neutralizar a capacidade de fogo das instituições

coercitivas do Estado. Como resolver essa questão? Aplicando a política militar do proletariado, que consiste em ganhar o melhor das Forças Armadas e dos quartéis para o programa da revolução.

Por outro lado, os bolcheviques conspiradores têm de especializar-se na organização de piquetes partidários de defesa, devidamente armados. Os revolucionários estão obrigados a assimilar toda a rica experiência das massas e do próprio Partido neste terreno.

O revolucionário bolchevique está devidamente preparado para cumprir, com eficiência, as tarefas de propagandista e agitador. Isso de acordo com o momento político em que se atua. Podemos sintetizar tudo isso afirmando que o marxista-leninista-trotskista tem de alcançar o manejo do fuzil com a mesma destreza que maneja a escrita.

Não é suficiente lançar consignas, discursos e panfletos agitativos. Simplesmente impulsionar as massas à tomada do poder significa, certamente, condená-las à morte. Não basta o impulso instintivo das massas, uma vez que por si só não é capaz de conquistar e consolidar o poder da classe operária. É nesse momento que o estado-maior (o partido como direção) do exército revolucionário tem de demonstrar capacidade para planificar a insurreição, a tomada física do poder, preparar e organizar os efetivos armados, para assegurar a sua eficácia.

Nossa própria experiência é rica em exemplos que provam que o bolchevique maneja, indistintamente, a escrita e o fuzil. Trata-se, na verdade, de uma simples variante do que é o revolucionário profissional: capacitado para desempenhar-se eficazmente em todas as atividades partidárias, desde o trabalho com as mãos, todas as operações de organização, intervenção direta nas lutas de rua e armadas, até as atividades de direção e teóricas.

Uma das causas que influencia na boa capacitação, em todas as manifestações da militância, se encontra no fato de que os revolucionários profissionais não são assim porque recebem salário pelo que fazem. No Partido Operário Revolucionário, não há remunerações para nenhuma atividade, sobretudo, pela própria direção ou pela elaboração teórica.

Reforcemos a conclusão: o militante marxista-leninista-trotskista (estamos referindo, sobretudo, ao boliviano) está capacitado para manejar da melhor maneira, tanto a escrita, como o fuzil, ambos considerados como instrumentos da luta revolucionária.

O proletariado, antes de tomar o poder, derrotará ideologicamente a burguesia. Instinto e consciência de classe

O proletariado (despossuído dos meios de produção) se levanta, desde baixo, desde seu primitivismo (entre nós, os trabalhadores não sabem ler, nem escrever, etc.) e o seu objetivo histórico não é senão o sepultar o capitalismo putrefato e assentar as bases da sociedade comunista. Por que é assim?

O assalariado é a força de trabalho e, por isso, fator fundamental das forças produtivas, que, no seu desenvolvimento, levam os germes dos fenômenos sociais futuros, ou seja, encarna as leis da história.

O exposto se refere a que os operários são instrumentos inconscientes, cegos, das leis da História. O essencial para o movimento revolucionário, para a transformação radical da sociedade, está na transformação da massa operária em classe, isto é, em partido político, como dizem Marx e Engels. Acrescentamos que a consciência de classe (fator chave que permite a transformação do capitalismo em comunismo) garante e afirma a revolução social, a derrubada da burguesia do poder pelo proletariado.

A consciência de classe não brota espontaneamente no seio das massas, mas se gesta – partindo da experiência diária dos explorados – graças às ideias, o verdadeiro fermento, que levam os militantes marxista-leninista-trotskistas aos explorados e oprimidos. Aqui está o segredo da maturação política do proletariado para poder cumprir conscientemente – como partido político – sua tarefa histórica.

O militante bolchevique – aquele que maneja o fuzil e a escri-

ta – é o dente da engrenagem indispensável desse processo fundamental de transformação da sociedade. Há que reiterar que o Partido Operário Revolucionário faz parte da história e da cultura do país, porque é o instrumento da transformação da classe operária boliviana em si para classe para si. Esse acontecimento tem deixado sua impressão indelével no processo histórico do país. Esse fator de transformação se chama “Teses de Pulacayo”, que é a aplicação da teoria da revolução permanente e da economia combinada na realidade boliviana. Os militantes poristas conseguiram transformar em teoria sua própria atividade e experiência acumulada no caldeirão da luta de classes.

O partido se transforma em direção das massas que lutam pelo poder, porque consegue expressar politicamente o que é instinto, espontaneidade, nos explorados e oprimidos. Essa é a criação teórica, processo no qual as massas constituem, com sua luta, com sua atividade diária.

O significado das “obras Completas” como instrumento para o avanço partidário e para a politização das massas

Não poucos militantes bolcheviques vêm das classes sociais que não podem confundir-se com o proletariado, mas que ideologicamente se proletarizam, o que os obriga a viver e a lutar conforme o programa do POR.

Atualmente, encontramos-nos passando revista a nossas armas, objetivando lançar a próxima arremetida anti-governamental, com maior potencialidade e eficácia que no passado.

Não é estranho que o partido bolchevique boliviano seja também um partido de publicistas, o que significa que está seguindo a tradição revolucionária internacional.

É desse ponto de vista que se deve considerar a publicação das “Obras Completas”, que está próximo de chegar à metade do trabalho que nos propomos realizar, como uma contribuição para a melhor formação política da militância, para a potenciação e libertação da classe operária e de toda a nação oprimida do imperialismo. É desse ponto de vista que o que estamos fazendo é simplesmente cumprir com nossa tarefa de militantes.

As “Obras Completas” nos permitem ver desde a perspectiva histórica tudo o que foi dito e feito pelo POR e nos ajudam a assinalar a projeção política do futuro, seguramente com maior acerto que antes. Não é porque publicamos cinquenta volumes das “Obras Completas” que podemos afirmar a estupidez de que nada mais temos a fazer no campo da política e da teoria. Ao contrário, esse trabalho nos ajuda a aprofundar na criação ideológica e na luta no seio das massas.

A leitura das “Obras Completas” ajudará a compreender a extraordinária luta das massas e a contribuição dos poristas a essa luta. A epopeia que temos vivido é descomunal e impressionante, mas tem sido protagonizada pelas massas, e por nós no seio delas.

A leitura dos volumes que já circulam e dos próximos que virão a ser lançados permitirá reviver a polêmica na própria experiência e verificar quais foram os erros cometidos, e quais os acertos que merecem ser colhidos. Mas, todo esse trabalho dever ser assimilado autocriticamente.

É preciso assinalar que quase todos os erros que cometemos se referem ao campo tático e, por isso, temos conseguido superá-los com a ajuda da autocritica. O marxismo nos tem ajudado a assinalar os objetivos estratégicos, que o desenvolvimento dos acontecimentos demonstra serem corretos. Daqui se ergue a grande fortaleza que demonstra o POR em sua vida, em sua luta diária.

Como não podia deixar de ser, trata-se de escritos polêmicos, porque são criações dessa grande polêmica, que são a luta de classes e a própria revolução. Por estarmos convencidos da correção das grandes linhas de nossa política, continuaremos avançando pelo mesmo caminho, até a vitória.

*(Extraído das Ediciones “Muela Del Diabo”,
Guillermo Lora, outubro de 1996)*



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, expusemos a intervenção de Lênin na Conferência de Londres, fevereiro de 1915, convocada pela seção britânica da II Internacional. Teve de retirar-se da reunião, por ter sido impedido de expressar livremente a posição dos bolcheviques contra o social-chauvismo. Denunciou-a como uma manobra da seção britânica, que estava pelo apoio à burguesia imperialista de seu país na guerra contra a Alemanha.

Nesse mesmo mês, realizou-se a “Conferência das seções do POSDR, no estrangeiro”. A pauta constou de sete pontos: 1) informes das organizações locais; 2) a guerra e as tarefas do partido (atitude diante dos demais agrupamentos políticos); 3) tarefas das organizações no estrangeiro; 4) o Órgão Central e o novo jornal; 5) a posição diante dos problemas das “colônias” (problemas das “colônias” de imigrados); 6) eleição do Comitê das organizações no estrangeiro; 7) vários. O ponto fundamental foi o da guerra. Teve muita importância a reorganização centralizada do partido e a publicação de um jornal. Na reunião, se verificou a dificuldade de alguns delegados de compreender a colocação de Lênin sobre a transformação da guerra imperialista em guerra civil contra a própria burguesia, em cada país beligerante. Esteve em discussão, também, a bandeira da paz, utilizada pelos chauvinistas da II Internacional. Aspecto esse que Lênin denunciou na Conferência de Londres. Um ponto que não foi concluído dizia respeito à bandeira “Estados Unidos da Europa”. Decidiu-se por amadurecer a sua compreensão.

A Conferência das seções do POSDR, como se vê, ocorreu em um momento decisivo. As resoluções, assim, se concentraram na resposta ao problema da guerra. As teses se iniciam com a caracterização, ao contrário, do oportunismo que procurava esconder a suas raízes. Eis: “A guerra atual tem um caráter imperialista. É produto das condições da época em que o capitalismo alcançou a etapa superior de desenvolvimento; em que não apenas a exportação de mercadorias tem a mais essencial importância, mas também a exportação de capital; em que a cartelização da produção e a internacionalização da vida econômica assumiram proporções consideráveis; em que a política colonial conduziu à partilha de quase todo o globo terrestre; em que as forças produtivas do capitalismo mundial rebaixaram o estreito marco das divisões dos Estados nacionais, em que as condições objetivas para a realização do socialismo amadureceram por completo”.

Nota-se o esforço de síntese da elaboração do fundamento das teses.

Em seguida, explana, também na forma de síntese, o choque entre Inglaterra, França e Alemanha. Indica que o principal objetivo das potências era o de estabelecer uma nova partilha das colônias e o saque. A Rússia, conduzida pela monarquia, aspirava entrar na guerra para ocupar a Pérsia, Mongólia, Turquia asiática, Constantinopla, Galícia, etc. A bandeira de defesa da pátria ocultava os objetivos de

rapina. Conclui: “Hoje são mais justas que nunca as palavras do Manifesto Comunista de que ‘os operários não têm pátria’. Somente a luta internacional do proletariado contra a burguesia pode preservar suas conquistas e abrir às massas oprimidas o caminho de um futuro melhor”.

Passa, em seguida, à formulação da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Afirma que é a “única bandeira proletária correta, comprovada pela experiência da Comuna de Paris, proposta pela resolução de Basileia (1912) e que essa deriva de todas as condições da guerra imperialista entre os países burgueses altamente desenvolvidos”. Estabelece, como primeiros passos, os seguintes pontos: “1) a negação absoluta de votar os créditos de guerra e não integrar os governos burgueses; 2) a ruptura total com a política de ‘guerra nacional’; 3) a criação de uma organização ilegal onde quer que seja que os governos e a burguesia suprimam as liberdades constitucionais ao proclamar o estado de guerra; 4) o apoio à confraternização entre os soldados das nações beligerantes nas trincheiras e nos campos de operações em geral; 5) o apoio a qualquer tipo, em geral, de ações revolucionárias massivas do proletariado”.

A resolução ataca francamente a II Internacional. Explica que sua bancarrota é “a bancarrota do oportunismo socialista”, que se potenciou na época “pacífica” do desenvolvimento do movimento operário. Se, de um lado, permitiu à classe operária se utilizar dos métodos da luta parlamentar, de outro, favoreceu a tendência oportunista que nega a luta de classes e defende a paz social, negando a revolução socialista, e condenando a criação de organizações ilegais.

Ao reconhecer a falência da II Internacional, a Conferência das seções do POSDR se coloca pela constituição da III Internacional. Alerta: “A esperança de reconstituir uma Internacional socialista de verdade, sem desmontar completamente as posições dos oportunistas no plano orgânico, seria uma ilusão perigosa”.

A resolução condena a propaganda abstrata da paz. Defende: “No momento atual, a propaganda em favor da paz, que não contenha um chamado às ações revolucionárias de massa, serve não só para semear ilusões, corromper o proletariado, inculcando-lhe confiança no humanitarismo da burguesia e o transformando em juguete nas mãos da diplomacia secreta dos países beligerantes”. Nesse mesmo sentido, determina: “Em todos os países, a luta contra o próprio governo que trava a guerra imperialista não se deve deter-se diante da possibilidade de derrota do país como resultado da agitação revolucionária. A derrota do exército governamental debilita esse governo, favorece a libertação das nacionalidades que oprime, e facilita a guerra civil contra as classes dominante. Essa orientação também se aplica à Rússia”.

Finalmente, a resolução ataca os chauvinistas russos, que incluía os socialistas revolucionários, os mencheviques e demais variantes do nacionalismo.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)